

**Braskem S.A.**  
**Relatório dos auditores**  
**independentes sobre a revisão limitada**  
**das Informações Trimestrais - ITR**  
**31 de março de 2010**

## Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas  
Braskem S.A.

- 1 Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR (individuais e consolidadas) da Braskem S.A. e de suas controladas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e as informações contábeis incluídas no relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
- 2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
- 3 Com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- 4 Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais - ITR utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Conforme requerido pela referida Deliberação, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2 às ITR, bem como a descrição das principais alterações que poderão impactar suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado.
- 5 Em 31 de março de 2010, a Braskem S.A. e suas controladas possuem saldo de ICMS a recuperar acumulado proveniente substancialmente da diferença entre as alíquotas das entradas e saídas dos insumos e produtos, saídas internas incentivadas com diferimento da tributação e vendas destinadas ao mercado externo. A realização desses créditos, que em 31 de março de 2010 montam a R\$ 1.001.132 mil (consolidado - R\$ 1.012.205 mil), depende do sucesso da implementação das ações adotadas pela administração da Braskem S.A., descritas na nota explicativa nº 9. As Informações Trimestrais - ITR da Braskem S.A. e suas controladas, em 31 de março de 2010, não contemplam quaisquer ajustes relativos à recuperação desses créditos em decorrência de sua realização futura.
- 6 Conforme descrito nas notas explicativas nº 1(b) e 27 às Informações Trimestrais - ITR, a Braskem S.A. e suas controladas estão envolvidas em processo de reestruturação empresarial e societária, que inclui (i) aumento de capital da ordem de R\$ 2.378.742 mil, cujo processo encerrou-se em 14 de abril de 2010; (ii) a aquisição dos ativos da divisão de polipropileno da Sunoco Inc. nos Estados Unidos, concluída em 1º de abril de 2010; e (iii) a aquisição de 60% das ações da Quattor Participações S.A., concluída em 27 de abril de 2010. A Braskem S.A. e suas controladas poderão ser afetadas econômica e/ou societariamente nesse

Braskem S.A. e suas controladas  
processo, cuja conclusão determinará a forma em que se dará o desenvolvimento das suas operações e das referidas empresas adquiridas.

- 7 As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao resultado do trimestre findo em 31 de março de 2009, obtidas das correspondentes Informações Trimestrais – ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009, obtidas das demonstrações financeiras naquela data. A revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2009 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram, respectivamente: (a) relatório de revisão limitada, com data de 4 de maio de 2009, sem ressalvas, contendo parágrafos de ênfase sobre: (i) realização do saldo de ICMS a recuperar; (ii) envolvimento da Braskem S.A. e entidades incorporadas em processos judiciais relevantes, incluindo a não sujeição à contribuição social sobre o lucro; (iii) registro de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, os quais foram compensados com o próprio IPI e outros tributos federais; (iv) reapresentação das cifras comparativas relativas às demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa em decorrência de mudanças nas práticas contábeis; e (b) parecer, com data de 12 de fevereiro de 2010, exceto pelos assuntos mencionados nas notas explicativas 34(c), (d) e (e) às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009, que foram datadas de 2 de março de 2010, emitido sem ressalvas, contendo parágrafos de ênfase sobre: (i) reapresentação das cifras do exercício anterior apresentadas para fins de comparação; e (ii) anúncio da conclusão das negociações para aquisição da Quattor Participações S.A. (“Quattor”) e dos ativos da divisão de polipropileno da Sunoco, Inc. (“Sunoco”).

Salvador, 13 de maio de 2010

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA

Felipe Edmond Ayoub  
Contador CRC 1SP187402/O-4 "S" BA

**Balço Patrimonial**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		Mar/2010	Dez/2009	Mar/2010	Dez/2009
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.891.832	2.262.804	2.692.282	2.663.642
Títulos e valores mobiliários	5	599.480	466.389	599.774	466.820
Contas a receber de clientes	6	1.649.068	1.040.212	1.721.702	1.297.090
Estoques	7	1.750.814	1.769.798	1.907.836	1.919.124
Tributos a recuperar	9	409.900	482.494	431.199	505.854
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (b)	54.546	55.972	57.285	59.164
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		6.920	3.736		
Despesas pagas antecipadamente		8.756	22.085	8.920	22.295
Demais contas a receber		123.376	120.518	130.606	113.336
		<u>6.494.692</u>	<u>6.224.008</u>	<u>7.549.604</u>	<u>7.047.325</u>
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	5	16.499	15.811	18.520	17.786
Operações de “ <i>hedge accounting</i> ”	22 (f.3, i, i.b)		5.334		5.334
Contas a receber de clientes	6	61.487	58.343	61.927	58.783
Estoques	7	28.997	29.273	28.997	29.273
Tributos a recuperar	9	1.335.613	1.253.889	1.343.342	1.259.801
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (b)	846.649	871.269	856.010	881.173
Depósitos judiciais e empréstimo compulsório	10	137.495	147.327	144.862	154.592
Partes relacionadas	8 (a)	89.568	70.054	109.332	100.725
Demais contas a receber		170.748	67.770	172.190	69.229
		<u>2.687.056</u>	<u>2.519.070</u>	<u>2.735.180</u>	<u>2.576.696</u>
Investimentos em sociedades controladas	11	843.058	518.909	3.860	
Investimentos em sociedades coligadas	11	24.150	20.684	24.150	20.684
Outros investimentos		6.575	6.575	7.232	8.622
Imobilizado	12	9.841.875	9.850.672	10.028.222	10.044.161
Intangível	13	2.338.875	2.341.035	2.333.681	2.335.955
Diferido	14	65.969	70.980	66.581	71.618
		<u>15.807.558</u>	<u>15.327.925</u>	<u>15.198.906</u>	<u>15.057.736</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>22.302.250</u></u>	<u><u>21.551.933</u></u>	<u><u>22.748.510</u></u>	<u><u>22.105.061</u></u>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Mar/2010	Dez/2009	Mar/2010	Dez/2009
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		4.174.908	3.311.103	4.575.723	3.823.451
Financiamentos	15	1.086.718	1.518.159	1.049.001	1.504.063
Debêntures	16	312.370	316.729	312.370	316.729
Operações de “ <i>hedge accounting</i> ”	22 (f.3, i, i.b)	12.745	10.805	57.238	52.559
Salários e encargos sociais		288.337	258.419	298.211	270.029
Tributos a recolher	17	889.496	1.144.878	899.727	1.155.396
Dividendos e juros sobre capital próprio		1.829	2.863	1.908	2.863
Adiantamentos de clientes		54.086	28.442	55.216	29.829
Partes relacionadas	8 (a)	68.324	66.798		
Demais contas a pagar	19	143.757	116.815	171.602	135.450
		<u>7.032.570</u>	<u>6.775.011</u>	<u>7.420.996</u>	<u>7.290.369</u>
<b>Não circulante</b>					
Exigível a longo prazo					
Fornecedores		23.140	23.140	23.168	23.229
Financiamentos	15	7.935.295	7.427.865	7.949.120	7.439.293
Debêntures	16	500.000	500.000	500.000	500.000
Operações de “ <i>hedge accounting</i> ”	22 (f.3, i, i.b)	2.773		52.330	31.579
Tributos a recolher	17	1.228.166	986.384	1.234.430	992.915
Partes relacionadas	8 (a)	8.568	11.397		
Incentivo de longo prazo		12.166	7.709	12.166	7.709
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (b)	742.512	848.824	742.527	848.839
Planos de previdência privada	26	23.208	23.208	23.208	23.208
Demais contas a pagar	19	168.310	194.447	177.047	205.996
		<u>10.644.138</u>	<u>10.022.974</u>	<u>10.713.996</u>	<u>10.072.768</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	20				
Capital social		5.473.181	5.473.181	5.473.181	5.473.181
Reservas de capital		428.575	428.575	428.575	428.575
Ajustes de avaliação patrimonial		(79.012)	(66.177)	(79.012)	(66.177)
Ações em tesouraria		(11.932)	(11.932)	(11.932)	(11.932)
Prejuízos acumulados		(1.061.871)	(1.069.699)	(1.073.895)	(1.081.723)
Resultado do período		(123.399)		(123.399)	
		<u>4.625.542</u>	<u>4.753.948</u>	<u>4.613.518</u>	<u>4.741.924</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>22.302.250</u>	<u>21.551.933</u>	<u>22.748.510</u>	<u>22.105.061</u>

Demonstração do resultado	Nota	Controladora		Consolidado	
		Mar/2010	Mar/2009	Mar/2010	Mar/2009
<b>Receita bruta das vendas</b>					
Mercado interno		3.963.402	2.834.072	4.116.670	3.197.914
Mercado externo		1.111.757	780.869	1.513.386	829.069
Tributos, fretes e devoluções de vendas		(1.121.243)	(821.009)	(1.164.270)	(872.228)
<b>Receita líquida de vendas</b>		<b>3.953.916</b>	<b>2.793.932</b>	<b>4.465.786</b>	<b>3.154.755</b>
Custo dos produtos vendidos		(3.220.433)	(2.425.113)	(3.672.866)	(2.769.403)
<b>Lucro bruto</b>		<b>733.483</b>	<b>368.819</b>	<b>792.920</b>	<b>385.352</b>
<b>Receitas (despesas)</b>					
Com vendas		(37.432)	(42.517)	(49.691)	(55.860)
Com distribuição		(65.981)	(64.676)	(65.981)	(64.676)
Gerais e administrativas		(135.401)	(85.493)	(147.255)	(96.894)
Com pesquisa e desenvolvimento		(9.832)	(13.203)	(11.261)	(13.203)
Resultado de participações societárias	11 (c)	23.682	(37.758)	6.612	(7.818)
Depreciação e amortização		(26.758)	(20.464)	(28.357)	(22.099)
Resultado com baixas de imobilizado e outros		(4.316)	(754)	(4.341)	(835)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(7.927)	115.761	(8.229)	117.166
		(263.965)	(149.104)	(308.503)	(144.219)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>469.518</b>	<b>219.715</b>	<b>484.417</b>	<b>241.133</b>
<b>Resultado financeiro</b>	23				
Despesas financeiras		(735.694)	(222.560)	(762.588)	(243.206)
Receitas financeiras		101.141	34.982	117.426	34.664
		(634.553)	(187.578)	(645.162)	(208.542)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(165.035)</b>	<b>32.137</b>	<b>(160.745)</b>	<b>32.591</b>
Imposto de renda e contribuição social – correntes	18 (a)	(36.293)	(1.255)	(39.692)	(3.393)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	18 (b)	77.929	(21.147)	77.038	(19.463)
		41.636	(22.402)	37.346	(22.856)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do período</b>		<b>(123.399)</b>	<b>9.735</b>	<b>(123.399)</b>	<b>9.735</b>
Número de ações em circulação no fim do período (em milhares)		520.928	507.541		
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação em circulação no fim do período - R\$</b>		<b>(0,2369)</b>	<b>0,01918</b>		

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	Mar/2010	Mar/2009 Reapresentação	Mar/2010	Mar/2009 Reapresentação
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(165.035)	32.137	(160.745)	32.591
Ajuste para reconciliação do lucro líquido (prejuízo)				
Depreciação, amortização e exaustão	243.627	204.035	246.685	208.236
Resultado de participações societárias	(23.682)	37.758	(6.612)	7.818
Perdas (ganhos) de participação em investimentos e outros	(1.452)	(873)		
Provisão para perdas e baixas (investimentos, imobilizado, intangível, diferido)	9.378	2.338	9.691	885
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	519.045	157.797	513.103	156.416
<b>Geração de caixa antes das variações do capital circulante operacional</b>	<b>581.881</b>	<b>433.192</b>	<b>602.122</b>	<b>405.946</b>
Variações do capital circulante operacional				
Títulos e valores mobiliários	(124.620)	(50.675)	(124.666)	(296)
Contas a receber de clientes	(250.767)	(263.761)	(66.534)	(372.190)
Estoques	27.896	670.530	20.607	687.079
Tributos a recuperar	(4.225)	(67.008)	(3.928)	(72.687)
Despesas pagas antecipadamente	13.329	(12.550)	13.390	(11.812)
Demais contas a receber	(113.850)	(42.953)	(101.806)	(51.843)
Fornecedores	863.805	(891.751)	754.457	(501.716)
Tributos a recolher	(211.990)	5.129	(215.885)	11.739
Incentivo de longo prazo	4.457	(5.184)	4.457	(5.184)
Adiantamentos de clientes	25.642	37.600	25.387	40.685
Juros pagos	(101.960)	(179.360)	(147.949)	(187.655)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.905)	(3.046)	(4.905)	(3.116)
Demais contas a pagar	36.492	(6.061)	42.929	(6.024)
<b>Geração (aplicação) de caixa operacional</b>	<b>741.185</b>	<b>(375.898)</b>	<b>797.676</b>	<b>(67.074)</b>
Recursos recebidos na venda de ativo permanente	706	1.533	717	1.533
Adições ao investimento	(312.457)	(8.325)		(4.980)
Adições ao imobilizado	(246.056)	(114.434)	(259.940)	(117.286)
Adições ao intangível			(58)	(2.132)
<b>Aplicação de caixa em investimentos</b>	<b>(557.807)</b>	<b>(121.226)</b>	<b>(259.281)</b>	<b>(122.865)</b>
Dívida de curto prazo				
Captações	29.650	420.872	29.964	421.025
Pagamentos	(1.199.853)	(772.497)	(1.160.239)	(823.139)
Dívida de longo prazo				
Captações	619.018	606.891	620.539	607.694
Partes relacionadas				
Captações	22.356			
Pagamentos	(25.425)	(504)		
Dividendos pagos e prescritos	(96)	25	(19)	152
Outros				5.455
<b>Geração (aplicação) de caixa em financiamentos</b>	<b>(554.350)</b>	<b>254.787</b>	<b>(509.755)</b>	<b>211.187</b>
<b>Geração de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(370.972)</b>	<b>(242.337)</b>	<b>28.640</b>	<b>21.248</b>
Representado por				
Caixa e equivalentes no início do período	2.262.804	2.199.862	2.663.642	2.611.600
Caixa e equivalentes no final do período	1.891.832	1.957.525	2.692.282	2.632.848
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(370.972)</b>	<b>(242.337)</b>	<b>28.640</b>	<b>21.248</b>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

	Nota	Capital social	Reservas de capital		Ações em tesouraria	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
			Incentivos fiscais	Outras				
<b>Em 31 de dezembro de 2008</b>		<b>5.375.802</b>	<b>407.410</b>	<b>554</b>		<b>(1.989.785)</b>	<b>(102.100)</b>	<b>3.691.881</b>
Aumento de capital	20 (a)	97.379						97.379
Dividendos prescritos						2.858		2.858
Ações em tesouraria	20 (c)				(11.932)			(11.932)
Constituição de reserva				20.611				20.611
Ajustes de avaliação patrimonial	20 (e)						35.923	35.923
Lucro líquido do exercício						917.228		917.228
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>		<b>5.473.181</b>	<b>407.410</b>	<b>21.165</b>	<b>(11.932)</b>	<b>(1.069.699)</b>	<b>(66.177)</b>	<b>4.753.948</b>
Dividendos prescritos						936		936
Baixa de deságio						6.892		6.892
Ajustes de avaliação patrimonial	20 (e)						(12.835)	(12.835)
Prejuízo do período						(123.399)		(123.399)
<b>Em 31 de março de 2010</b>		<b>5.473.181</b>	<b>407.410</b>	<b>21.165</b>	<b>(11.932)</b>	<b>(1.185.270)</b>	<b>(79.012)</b>	<b>4.625.542</b>

## **VALORES DEMONSTRADOS EM MILHARES DE REAIS**

### **1 Contexto operacional**

- (a) A Braskem S.A. (“Braskem” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Camaçari – BA, com 17 unidades de produção localizadas nos Estados de Alagoas, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul, que produzem petroquímicos básicos como eteno, propeno e benzeno, além de gasolina e GLP (gás de cozinha). No segmento de resinas termoplásticas, produzem polietileno, polipropileno e PVC. Além desses, a Braskem tem como objeto social a importação e exportação de produtos químicos, petroquímicos, combustíveis e a produção e fornecimento de insumos consumidos pelas empresas dos Pólos Petroquímicos de Camaçari – BA e de Triunfo - RS, tais como: vapor, água, ar comprimido, energia elétrica, bem como a prestação de diversos serviços a essas empresas e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Sua controladora é a Odebrecht S.A. que detém, indiretamente, em 31 de março de 2010, 66,8% do capital votante, através de sua controlada BRK Investimentos Petroquímicos S.A. (“BRK”).

Em janeiro de 2010, a Companhia decidiu pela paralisação de sua unidade industrial localizada em São Paulo, onde eram produzidas resinas de PVC Especialidades. A principal matéria-prima desta unidade industrial era o MVC (monocloreto de vinila) que era transferido da planta da Braskem localizada em Camaçari. A logística para disponibilizar esse insumo básico em São Paulo foi considerada inviável. A Companhia mantém a comercialização desta resina de PVC e, para tanto, fechou um acordo comercial com a Mexichem Colombia S.A. para importação do produto. A unidade está sendo mantida como centro de distribuição de produtos, onde, além das resinas de PVC Especialidades, também armazena e faz expedição de outras resinas da Braskem. A Administração da Companhia decidiu, em 31 de dezembro de 2009, provisionar integralmente o valor residual das máquinas e equipamentos no montante de R\$ 25.000, tendo em vista não ser possível elaborar um fluxo de caixa derivado de uma eventual retomada da produção ou da venda desses bens.

### **(b) Reorganização societária**

Desde a sua formação, em 16 de agosto de 2002, a Companhia vem passando por amplo processo de reorganização societária, divulgada ao mercado através de fatos relevantes, cujos principais eventos ocorridos em 2009 e 2010 podem ser assim sumariados:

**b.1** – Em 30 de abril e 5 de maio de 2009, as Assembleias Gerais Extraordinárias da Braskem e da Petroquímica Triunfo S.A. (“Triunfo”), respectivamente, aprovaram a incorporação da Triunfo. Esta foi a última etapa do acordo celebrado em 30 de novembro de 2007 entre a Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), Petrobras Química S.A. (“Petroquisa”), Odebrecht S.A. (“Odebrecht”) e Nordeste Química S.A. (“Norquisa”). O acervo líquido da Triunfo incorporado, avaliado a valor contábil, montava R\$117.990. Desse montante, R\$ 97.379 foram destinados para aumento do capital social da Companhia (Nota 20(a)) e R\$ 20.611 foram destinados para conta de reserva de capital. Foram emitidas 13.387.157 ações preferenciais classe “A” da Braskem e entregues aos acionistas da Triunfo. Foi atribuída 0,210428051882238 ação preferencial classe “A” de emissão da Companhia para cada 1 (uma) ação ordinária ou preferencial classe “A” de emissão da Triunfo.

Após essa operação, a Petrobras, por intermédio de sua subsidiária Petroquisa, passou a deter 59.014.254 ações ordinárias e 72.966.174 ações preferenciais classe “A”, equivalentes a 25,3% e 31,0% do capital total e votante da Braskem, respectivamente.

**b.2** - Em 22 de janeiro de 2010, a Companhia anunciou a conclusão das negociações que irão resultar na aquisição da Quattor Participações S.A. (“Quattor”), por meio de um Acordo de Investimento celebrado naquela data entre Odebrecht, Petrobras, Braskem e Unipar – União de Industrias Petroquímicas S.A. (“Unipar”). O Acordo permitirá à Petrobras consolidar seus principais ativos petroquímicos na Braskem, que se manterá como

empresa privada de capital aberto e ampliará sua capacidade de competir globalmente. O Acordo de Investimento será implementado da seguinte forma:

- (i) Em dezembro de 2009, foi criada a holding BRK, onde foi posteriormente concentrada a totalidade das ações ordinárias de emissão da Braskem pertencentes a Odebrecht e Petrobras.
- (ii) Em março e abril de 2010, a Odebrecht e a Petrobras aumentaram o capital da BRK em R\$ 3.500.000, via integralização de novas ações em dinheiro.
- (iii) Aumento de capital da Braskem, em abril de 2010, a ser realizado sob a forma de subscrição privada, mediante a emissão de ações ordinárias e preferenciais classe “A”, com preço de emissão de R\$ 14,40, por ação. Esse preço foi determinado com base na média das cotações da ação preferencial classe “A”, no encerramento do pregão da BOVESPA entre os dias 30 de dezembro de 2009 e 21 de janeiro de 2010.
- (iv) Aquisição, pela Braskem, em abril de 2010, da totalidade das ações da Quattor detidas pela Unipar. Essas ações correspondem a 60% do capital total e votante da Quattor. A partir dessa data a Braskem passará a deter o controle societário da Quattor e suas controladas, consolidando os resultados dessas novas controladas a partir de abril de 2010.
- (v) Aquisição, pela Braskem, a ser realizada em maio de 2010, da totalidade das ações do capital da Unipar Comercial e Distribuidora S.A. (“Unipar Comercial”) detidas pela Unipar União de Indústrias Petroquímicas S.A. (“Unipar”)
- (vi) Aquisição, pela Braskem, a ser realizada em maio de 2010, de 66% das ações do capital total e votante da Polibutenos S.A. Indústrias Químicas (“Polibutenos”) detidas pela Unipar e Chevron Oronite do Brasil Ltda. A parcela remanescente do capital total e votante (33%) da Polibutenos pertencem à Quattor.
- (vii) Incorporação, pela Braskem, a ser realizada durante o 2º trimestre de 2010, do restante das ações de emissão da Quattor.
- (viii) Realização de oferta pública, prevista para ocorrer durante o 2º trimestre de 2010, para aquisição das ações em circulação da Quattor Petroquímica.

Adicionalmente, um Acordo de Associação celebrado entre Petrobras, Odebrecht e Braskem confere à Braskem o direito de preferência em participar como sócia dos projetos do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – Comperj – e do Complexo Petroquímico de Suape, em Pernambuco. Tais projetos, já em execução, deverão aumentar a oferta de petroquímicos básicos no país, bem como a de resinas.

O Acordo de Investimento foi remetido à apreciação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com o oferecimento voluntário de um Acordo para a Reversibilidade da Operação – APRO.

## **2 Apresentação das informações trimestrais**

As Informações Trimestrais da Companhia (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Conforme facultado pela CVM, através da Deliberação nº 603 de 10 de novembro de 2009, a Companhia decidiu pela apresentação das Informações Trimestrais para o período findo em 31 de março de 2010, de acordo com as normas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2009.

Na elaboração das Informações Trimestrais de 2010 e de 2009, a Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei 11.638/07”), com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei 11.941/09”). As Leis 11.638/07 e 11.941/09 modificam a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e têm como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência

das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*”.

Os pronunciamentos emitidos pelo CPC que impactaram as Informações Trimestrais estão abaixo demonstrados:

Pronunciamento CPC	Assunto	Ato de aprovação pela CVM	
		Deliberação	Data de aprovação
CPC 01	Redução ao valor recuperável de ativos	527/07	01/11/2007
CPC 02R	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	534/08	29/01/2008
CPC 03R	Demonstração dos fluxos de caixa – DFC	547/08	13/08/2008
CPC 04	Ativos intangíveis	553/08	12/11/2008
CPC 05	Divulgações sobre partes relacionadas	560/08	11/12/2008
CPC 06	Operações de arrendamento mercantil	554/08	12/11/2008
CPC 07	Subvenções e assistências governamentais	555/08	12/11/2008
CPC 08	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	556/08	12/11/2008
CPC 09	Demonstração do valor adicionado – DVA	557/08	12/11/2008
CPC 12	Ajuste a valor presente	564/08	17/12/2008
CPC 13	Adoção inicial da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09	565/08	17/12/2008
CPC 14	Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação	(*)	17/12/2008

(\*) A Orientação do CPC – “OCPC” n° 03, aprovada pelo Ofício-circular/CVM/SNC/SEP n° 03/2009, em 19/11/09, substituiu o CPC 14.

Durante o exercício de 2009 foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM novos pronunciamentos e interpretações técnicas relativos ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. Estes documentos têm adoção obrigatória no exercício de 2010 com efeito retroativo para 2009 para fins comparativos.

Em vista à adoção dos novos CPCs e convergência aos IFRS, a Companhia está finalizando a elaboração do balanço de abertura em 31 de dezembro de 2008, segundo as referidas normas e está reprocessando todos os meses de 2009. Os principais impactos identificados até o momento, ainda sujeito à apreciação dos auditores independentes, são:

- (i) atualização do ativo imobilizado nos anos de 1996 e 1997;
- (ii) baixa do ativo diferido e de alguns valores classificados como ativos intangíveis;
- (iii) ajuste do plano de pensão de benefício definido; e
- (iv) imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes iniciais.

Em relação ao reprocessamento dos meses de 2009, o evento que poderá trazer impacto mais relevante, além daqueles mencionados em relação ao balanço de abertura, é a nova mensuração da combinação de negócios envolvendo as recentes aquisições da Companhia, como a compra da Triunfo (Nota 1.b.1). Essa operação foi contabilizada inicialmente a valor contábil e, neste momento, a Companhia está concluindo a avaliação dos valores justos dos ativos e passivos da empresa adquirida.

Adicionalmente, a Braskem realizou outras duas combinações de negócios em abril de 2010 (Nota 27), envolvendo empresas no Brasil e nos Estados Unidos. Para essas empresas adquiridas, a Braskem iniciou a implementação de projetos para obtenção de demonstrações financeiras de acordo com as regras internacionais e, paralelamente, está contratando empresa especializada para avaliação a valor justo dos ativos e passivos das empresas adquiridas.

Tendo em vista as recentes combinações de negócios, sua complexidade e a necessidade de uniformização de práticas contábeis da Companhia e suas novas controladas, ainda não foi possível estimar os efeitos das novas normas contábeis e dos IFRS no patrimônio líquido e resultado da Companhia.

Abaixo, segue a lista dos pronunciamentos e interpretações técnicas que impactarão as Informações Trimestrais da Companhia no momento da primeira adoção dos pronunciamentos contábeis emitidos em 2009:

#### Pronunciamentos:

Pronunciamento CPC	Assunto	Ato de aprovação pela CVM	
		Deliberação	Data de aprovação
CPC 15	Combinação de empresas	580/09	31/07/2009
CPC 16	Estoques	575/09	05/06/2009
CPC 18	Investimento em coligadas	605/09	26/11/2009
CPC 19	Investimento em empreendimentos em conjunto	606/09	26/11/2009
CPC 20	Custos de empréstimos	577/09	05/06/2009
CPC 21	Demonstração intermediária	581/09	31/07/2009
CPC 22	Informação por segmentos	582/09	31/07/2009
CPC 23	Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro	592/09	15/09/2009
CPC 24	Evento subsequente	593/09	15/09/2009
CPC 25	Provisão e passivo e ativos contingentes	594/09	15/09/2009
CPC 26	Apresentação das demonstrações contábeis	595/09	15/09/2009
CPC 27	Imobilizado	583/09	31/07/2009
CPC 30	Receitas	597/09	15/09/2009
CPC 31	Ativo não-circulante mantido para venda e operação descontinuada	598/09	15/09/2009
CPC 32	Tributos sobre o lucro	599/09	15/09/2009
CPC 33	Benefício pós-emprego (benefícios a empregados)	600/09	07/10/2009
CPC 35	Demonstrações separadas	607/09	26/11/2009
CPC 36	Demonstrações consolidadas	608/09	26/11/2009
CPC 37	Adoção inicial da IFRS	609/09	22/12/2009
CPC 38 (i)	Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração	604/09	19/11/2009
CPC 39 (i)	Instrumentos financeiros - apresentação	604/09	19/11/2009
CPC 40 (i)	Instrumentos financeiros - evidenciação	604/09	19/11/2009
CPC 43	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos 15 a 40	610/09	22/12/2009

(i) A Deliberação CVM nº 604, de 19/11/09, revogou a CPC 14.

#### Interpretações técnicas:

Interpretação Técnica ICPC	Assunto	Ato de aprovação pela CVM	
		Deliberação	Data de aprovação
ICPC-03	Arrendamento mercantil	613/09	22/12/2009
ICPC-04	Pagamento baseado em ações	614/09	22/12/2009
ICPC-05	Transações de ações do grupo e em tesouraria	615/09	22/12/2009
ICPC-06	Hedge de investimento líquido em operação no exterior	616/09	22/12/2009
ICPC-08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos	601/09	07/10/2009
ICPC-09	Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial	618/09	22/12/2009
ICPC-10	Ativo imobilizado e propriedade para investimento	619/09	22/12/2009
ICPC-11	Recebimento em transferência de ativos dos clientes	620/09	22/12/2009
ICPC-12	Mudanças em passivos por desativação	621/09	22/12/2009

**(a) Petroquímica Triunfo**

Na avaliação comparativa das Informações Trimestrais dos períodos findos em 31 de março de 2010 e de 2009 deve ser considerada a incorporação da Triunfo (Nota 1(b.1)) ocorrida no 2º trimestre de 2009. A demonstração de resultado da Triunfo, em 31 de março de 2009, está apresentada de forma sintética, abaixo:

<b><u>Demonstração do Resultado</u></b>	<b>01/01/2009 a 31/03/2009</b>
Receita bruta de vendas e/ou serviços	131.674
Deduções da receita bruta	(26.493)
Receita líquida	105.181
Custo dos produtos vendidos	(92.037)
Resultado bruto	13.144
Despesas / receitas operacionais	(13.406)
Com vendas	(5.567)
Gerais e administrativas	(8.501)
Financeiras	662
Resultado antes do IRPJ e da CSL	(262)
Provisão para IRPJ e CSL	41
Lucro do período	(221)

**(b) Regime Tributário Transitório (RTT)**

Os valores apresentados nas Informações Trimestrais de 31 de março de 2010 e de 2009 consideram a adoção do Regime Tributário Transitório (“RTT”) pela Companhia e suas controladas sediadas no Brasil, conforme facultado pela Lei 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela própria Lei 11.941/09. A opção em definitivo do RTT foi manifestada na entrega da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ do ano calendário de 2008. Quando aplicável, os efeitos fiscais temporários gerados por conta da adesão ao RTT estão apurados e apresentados nas rubricas de “Imposto de renda e Contribuição social diferidos” (Nota 18(b)).

**(c) Reapresentação da Demonstração do resultado e da Demonstração dos fluxos de caixa - 1º trimestre/2009**

(i) CPC 2R - A demonstração do resultado e a demonstração dos fluxos de caixa das controladas no exterior, consideradas dependentes, estavam integradas às demonstrações financeiras da controladora, conforme a obrigatoriedade prevista no item 4 do CPC 2. Com a exclusão do requerimento anteriormente previsto no CPC 2, a Companhia apresenta, para fins comparativos, o 1º trimestre de 2009, expurgando as controladas no exterior. O referido CPC passou a ser designado como CPC 2R.

(ii) CPC 3R – Visando uma melhor estruturação e aprimoramento, a Companhia esta reapresentando a demonstração dos fluxos de caixa.

**3 Principais práticas contábeis**

Não ocorreram mudanças relevantes nas práticas contábeis das Informações Trimestrais, em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

**(a) Informações Trimestrais consolidadas**

As Informações Trimestrais consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da CVM e abrangem as Informações Trimestrais da Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e entidade de propósito específico, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta e indiretamente, como a seguir apresentado:

		Participação no capital total - %			
		Sede (País)	Mar/2010	Dez/2009	Mar/2009
<b>Controladas</b>					
Braskem America Inc. ("Braskem America")		EUA	100,00	100,00	100,00
Braskem Distribuidora Ltda. ("Braskem Distribuidora") e suas controladas		Brasil	100,00	100,00	100,00
Braskem Europe B.V. ("Braskem Europa")		Holanda	100,00	100,00	100,00
Braskem Finance Limited ("Braskem Finance")		Ilhas Cayman	100,00	100,00	100,00
Braskem Incorporated ("Braskem Inc")		Ilhas Cayman	100,00	100,00	100,00
Braskem Participações S.A. ("Braskem Participações")		Brasil	100,00	100,00	100,00
Braskem Petroquímica S.A. ("IPQ Argentina")		Argentina	100,00	100,00	100,00
Braskem Petroquímica Chile Limitada ("Braskem Chile")		Chile	100,00	100,00	100,00
CCI - Comercial Importadora S.A. ("CCI")	(iii)	Brasil			100,00
Companhia Alagoas Industrial - CINAL ("CINAL")		Brasil	100,00	100,00	100,00
Copesul International Trading INC. ("CITI")	(i)	British Virgin Islands			100,00
Grust Holdings S.A. ("Grust")	(ii)	Brasil			100,00
Ideom Tecnologia Ltda. ("Ideom")		Brasil	100,00	100,00	100,00
Braskem Chile Limitada ("IPQ Chile")		Chile	100,00	100,00	100,00
IQ Soluções & Químicas S.A. ("Quantiq") e sua controlada		Brasil	100,00	100,00	100,00
ISATEC–Pesquisa, Desenv. e Análises Quím.Ltda. ("ISATEC")		Brasil	100,00	100,00	100,00
Natal Trading	(i)	British Virgin Islands			100,00
Politeno Empreendimentos Ltda. ("Politeno Empreendimentos")		Brasil	100,00	100,00	100,00
Variet Distribuidora de Resinas Ltda ("Variet")	(vi)	Brasil	100,00	100,00	
<b>Controladas em conjunto</b>					
CETREL S.A. - Empresa de Proteção Ambiental ("CETREL")	(iv)	Brasil	53,83	53,66	54,09
Polietilenos de America S.A. ("POLIMERICA")		Venezuela	49,00	49,00	
Polipropileno Del Sur S.A. ("PROPILSUR")		Venezuela	49,00	49,00	
<b>Entidade de Propósito Específico ("EPE")</b>					
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Sol ("FIQ Sol")	(v)	Brasil	100,00	100,00	100,00

(i) Controladas incorporadas pela Braskem Inc. em dezembro de 2009

(ii) Empresa extinta em junho de 2009

(iii) Empresa incorporada pela Braskem Importação e Exportação Ltda. ("Braskem Importação") em setembro de 2009

(iv) Investimentos consolidados proporcionalmente, conforme Instrução CVM nº 247/96

(v) Fundo consolidado em atendimento à Instrução CVM nº 408/04

(vi) Empresa criada em setembro de 2009, a partir da Quantiq

Nas Informações Trimestrais consolidadas foram eliminados os investimentos entre companhias, a equivalência patrimonial, assim como os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os lucros não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

Os ágios fundamentados na mais valia do imobilizado foram reclassificados para conta específica do ativo que os fundamentaram, em consonância com a Instrução CVM nº 247/96.

Conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 23 da Instrução Normativa CVM nº. 247/96, a Companhia não consolidou proporcionalmente as Informações Trimestrais da controlada em conjunto Refinaria de Petróleo Rio-Grandense S.A. ("RPR"). As informações desta controlada não trariam alterações relevantes nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia.

**(b) Conciliação do patrimônio líquido e do resultado do período entre a controladora e o consolidado**

	<b>Patrimônio líquido</b>	
	<b>Mar/2010</b>	<b>Dez/2009</b>
<b>Controladora</b>	4.625.542	4.753.948
Exclusão do ganho na venda de investimento entre empresas ligadas	(38.476)	(38.476)
Reversão da amortização do ágio sobre venda de investimentos entre empresas ligadas	26.452	26.452
<b>Consolidado</b>	<u>4.613.518</u>	<u>4.741.924</u>

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Mar/2010</b>	<b>Dez/2009</b>	<b>Mar/2010</b>	<b>Dez/2009</b>
Caixa e bancos	317.497	140.800	793.713	314.484
Aplicações financeiras				
no Brasil	1.306.900	1.524.966	1.344.973	1.558.198
no exterior	267.435	597.038	553.596	790.960
	<u>1.891.832</u>	<u>2.262.804</u>	<u>2.692.282</u>	<u>2.663.642</u>

As aplicações financeiras no Brasil estão representadas, principalmente, por cotas de fundo exclusivo da Braskem (FIQ Sol) que, por sua vez, detêm instrumentos de renda fixa e depósitos a prazo. As aplicações no exterior consistem de instrumentos de renda fixa soberanos ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha (*Time Deposit*), com alta liquidez no mercado. Todas as aplicações financeiras foram classificadas como “mantidas para negociação” e estão mensuradas ao valor justo cuja variação é reconhecida no resultado.

**5 Títulos e valores mobiliários**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Mar/2010</b>	<b>Dez/2009</b>	<b>Mar/2010</b>	<b>Dez/2009</b>
<b>Circulante</b>				
Títulos do tesouro americano	284.900	261.453	285.194	261.884
Ações mantidas para negociação	85	25.761	85	25.761
Aplicações do FIQ Sol – mantidas para negociação	314.495	179.175	314.495	179.175
	<u>599.480</u>	<u>466.389</u>	<u>599.774</u>	<u>466.820</u>
<b>Não circulante</b>				
Cotas subordinadas de fundos de investimentos	16.499	15.811	16.499	15.810
Outros			2.021	1.976
	<u>16.499</u>	<u>15.811</u>	<u>18.520</u>	<u>17.786</u>
<b>Total</b>	<u>615.979</u>	<u>482.200</u>	<u>618.294</u>	<u>484.606</u>

Os títulos do tesouro americano foram classificados pela Companhia como “disponíveis para venda”, rendendo juros médios de 0,93% a.a. A parcela correspondente à variação no valor justo foi lançada na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido (Nota 20 (e)).

## 6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2010	Dez/2009	Mar/2010	Dez/2009
Cientes				
Mercado interno	1.333.459	1.031.542	1.422.438	1.082.902
Mercado externo	586.669	633.985	586.702	855.754
Adiantamentos sobre cambiais entregues		(361.938)		(361.938)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(209.573)	(205.034)	(225.511)	(220.845)
<b>Total</b>	<b>1.710.555</b>	<b>1.098.555</b>	<b>1.783.629</b>	<b>1.355.873</b>
No ativo circulante	1.649.068	1.040.212	1.721.702	1.297.090
No ativo não circulante	61.487	58.343	61.927	58.783

## 7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2010	Dez/2009	Mar/2010	Dez/2009
Produtos acabados e em processo	974.675	971.296	1.086.481	1.079.659
Matérias-primas, insumos de produção e embalagens	422.482	360.810	444.715	377.226
Materiais de manutenção (i)	359.941	363.709	362.388	366.543
Adiantamentos a fornecedores	6.454	8.700	6.748	8.930
Importações em andamento e outros	16.259	94.556	36.501	116.039
<b>Total</b>	<b>1.779.811</b>	<b>1.799.071</b>	<b>1.936.833</b>	<b>1.948.397</b>
No ativo circulante	1.750.814	1.769.798	1.907.836	1.919.124
No ativo não circulante (i)	28.997	29.273	28.997	29.273

(i) Com base no histórico de consumo, parte dos estoques de materiais de manutenção foi classificada no Ativo não circulante.

## 8 Partes relacionadas

### (a) Controladora

	Saldos patrimoniais Mar/2010				
	Ativo		Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Partes relacionadas
<b>Controladas</b>					
Braskem Chile	245 (i)				
Braskem Distribuidora		10.338 (x)	13.138 (xv)		
Braskem Europa	50.768 (i)				
Braskem Importação					111 (x)
Braskem Inc.		5.751 (xi)	111.317 (xiv)	1.689.694 (xvi)	75.163 (xiii)
Braskem Participações	96 (ii)				
CINAL	32 (i)	986 (x)	69 (xv)		
Ideom		3.216 (x)			
IPQ Argentina	16.939 (i)				
IPQ Chile	128 (ii)				
ISATEC		1.148 (x)			
Lantana		51 (x)			
Politeno Empreendimentos		22 (x)			
Quantiq	10.003 (iii)	17.425 (x)			
Variant	24.788 (iv)				1.618 (x)
	<b>102.999</b>	<b>38.937</b>	<b>124.524</b>	<b>1.689.694</b>	<b>76.892</b>
<b>Controladas em conjunto</b>					
CETREL	1.913 (v)		1.516 (xv)		
RPR	1.304 (i)		16.155 (xv)		
	<b>3.217</b>		<b>17.671</b>		
<b>Coligada</b>					
Borealis	2.741 (vi)				
	<b>2.741</b>				
<b>Ligadas</b>					
Construtora Norberto Odebrecht ("CNO")			1.165 (xv)		
Petrobras	44.151 (vii)	50.631 (xii)	672.782 (xv)	21.386 (xv)	
Refinaria Alberto Pasqualini ("REFAP")			138.313 (xv)		
Outros	5.945 (viii)				
	<b>50.096</b>	<b>50.631</b>	<b>812.260</b>	<b>21.386</b>	
<b>EPE</b>					
FIQ Sol	1.412.174 (ix)				
	<b>1.412.174</b>				
<b>Em 31 de março de 2010</b>	<b>1.571.227</b>	<b>89.568</b>	<b>954.455</b>	<b>1.711.080</b>	<b>76.892</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>1.603.278</b>	<b>70.054</b>	<b>1.308.584</b>	<b>1.673.501</b>	<b>78.195</b>

- (i) "Contas a receber de clientes"  
(ii) "Demais contas a receber"  
(iii) Valor em "contas a receber de clientes": R\$ 6.240 e em "dividendos e juros sobre capital próprio a receber": R\$ 3.763  
(iv) Valor em "contas a receber de clientes": R\$ 23.532 e em "dividendos e juros sobre capital próprio a receber": R\$ 1.256  
(v) Valor em "contas a receber de clientes": R\$ 12 e em "dividendos e juros sobre capital próprio a receber": R\$ 1.901  
(vi) Valor em "contas a receber de clientes": R\$ 2.554 e em "demais contas a receber": R\$ 187  
(vii) Valor em "contas a receber de clientes": R\$ 36.233 e em "demais contas a receber": R\$ 7.918  
(viii) Valor em "contas a receber de clientes": R\$ 5.842 e em "demais contas a receber": R\$ 103  
(ix) Valor em "caixa e equivalentes de caixa": R\$ 1.097.679 e em "títulos e valores mobiliários": R\$ 314.495  
(x) Valores referentes a contas correntes, remuneradas a 100% do CDI  
(xi) Valor referente a mútuo, remunerado a 100% do CDI  
(xii) Valor referente a mútuo, remunerado a TJLP + juros de 2% a.a.  
(xiii) Valor de R\$ 68.324 no passivo circulante, refere-se a títulos a pagar, remunerado por variação cambial + Libor trimestral + juros de 1,6% a.a. e valor de R\$ 6.839 no passivo não circulante, refere-se a saldo de conta corrente, remunerada a 100% do CDI  
(xiv) Valor em "fornecedores": R\$ 48.518, e em "financiamentos": R\$ 62.799, remunerado por variação cambial + juros entre 7,65% e 11,0% a.a.  
(xv) "Fornecedores"  
(xvi) Valor em "financiamentos": R\$ 1.689.694, remunerado por variação cambial + juros entre 7,65% e 11,0% a.a

No ativo não circulante, consolidado, a rubrica "partes relacionadas", no montante de R\$ 109.332, é composta por: R\$ 50.631, referente a mútuo com Petrobras, remunerado a TJLP + juros de 2% a.a. e R\$ 58.701 referente a direitos a receber com a Propilsur, empresa consolidada proporcionalmente pela Companhia.

**Controladora (continuação)**

	<b>Transações no Resultado de jan a mar/2010</b>			
	<b>Vendas de produtos</b>	<b>Compras de matérias-primas, serviços e utilidades</b>	<b>Receitas/ (despesas) financeiras (i)</b>	<b>Custo de produção/ despesas gerais administrativas</b>
<b>Controladas</b>				
Braskem Argentina	14.054		2.116	
Braskem Chile	245		480	
Braskem Distribuidora		919	185	
Braskem Europa	43.781		(5.245)	
Braskem Importação			(2)	
Braskem Inc.		210.711	(41.091)	
CINAL	88	4.173	12	
Ideom			49	
IPQ Argentina			(180)	
IQAG – Armazéns Gerais Ltda. ("IQAG")		2		
ISATEC			18	
Quantiq	19.528	21	220	
Variet	35.728		(85)	
	<b>113.424</b>	<b>215.826</b>	<b>(43.523)</b>	
<b>Controladas em conjunto</b>				
CETREL	34	2.574		
RPR	79.746	20.844		
	<b>79.780</b>	<b>23.418</b>		
<b>Coligada</b>				
Borealis	34.418	5		
	<b>34.418</b>	<b>5</b>		
<b>Planos de benefício pós-emprego</b>				
Fundação Petrobras de Seguridade Social ("PETROS")				1.169
Odeprev – Odebrecht Previdência ("ODEPREV")				1.884
Triunfo Vida				81
				<b>3.134</b>
<b>Ligadas</b>				
CNO		4.188		
Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A ("OPIP")		32.005		
Petrobras	130.493	1.278.276	979	
Petrobras International Finance ("PIFCo")			(567)	
REFAP		317.327		
	<b>130.493</b>	<b>1.631.796</b>	<b>412</b>	
<b>Em 31 de março de 2010</b>	<b>358.115</b>	<b>1.871.045</b>	<b>(43.111)</b>	<b>3.134</b>
<b>Em 31 de março de 2009</b>	<b>453.349</b>	<b>1.133.402</b>	<b>26.130</b>	<b>4.043</b>

(i) Inclui efeito da variação cambial.

As transações entre a Companhia e as empresas relacionadas são realizadas em condições equivalentes às médias praticadas com terceiros, considerando:

- (i) para a compra de nafta junto à Petrobras e a REFAP, o preço da nafta e de outros derivados de petróleo praticados no mercado internacional considerando cláusula de qualidade de parafinidade e contaminantes da nafta entregue; e
- (ii) para as vendas às controladas no exterior, o prazo de 180 dias que é superior ao praticado com os demais clientes.

**(b) Pessoal chave da administração**

A Companhia considerou como “Pessoal chave da administração” os membros do conselho de administração e os integrantes da sua diretoria executiva, composta pelo diretor presidente e os vice-presidentes.

<b>Transações no DRE</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Mar/2010</b>	<b>Mar/2009</b>	<b>Mar/2010</b>	<b>Mar/2009</b>
<b>Remuneração</b>				
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	2.371	2.595	2.378	2.615
Benefício pós-emprego	30	58	30	58
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho		36		36
Incentivo de longo prazo	44	267	44	267
<b>Total</b>	<b>2.445</b>	<b>2.956</b>	<b>2.452</b>	<b>2.976</b>

<b>Saldos Patrimoniais - Controladora / Consolidado</b>	<b>Mar/2010</b>	<b>Dez/2009</b>
Incentivo de longo prazo	4.107	2.604
<b>Total</b>	<b>4.107</b>	<b>2.604</b>

**9 Tributos a recuperar**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Mar/2010</b>	<b>Dez/2009</b>	<b>Mar/2010</b>	<b>Dez/2009</b>
IPI a recuperar	25.303	24.698	25.830	25.643
ICMS (a)	1.001.132	1.059.900	1.012.205	1.069.116
PIS e Cofins	245.329	201.871	246.482	203.813
PIS – Decretos-lei 2.445 e 2.449/88	55.194	55.194	55.194	55.194
Imposto de renda e contribuição social	261.872	254.497	273.412	266.232
Imposto sobre lucro líquido – ILL	59.856	59.510	59.856	59.510
Outros	96.827	80.713	101.562	86.147
<b>Total</b>	<b>1.745.513</b>	<b>1.736.383</b>	<b>1.774.541</b>	<b>1.765.655</b>
No ativo circulante	409.900	482.494	431.199	505.854
No ativo não circulante	1.335.613	1.253.889	1.343.342	1.259.801

**(a) ICMS**

A Companhia possui saldo de ICMS acumulado ao longo dos últimos exercícios provenientes, substancialmente, das aquisições de ativos imobilizados, das saídas internas incentivadas com diferimento da tributação e vendas destinadas ao mercado externo. Este acúmulo se evidenciou mais notadamente nos estados da Bahia e do Rio Grande do Sul onde se concentra a maioria das unidades produtoras.

A Administração da Companhia vem priorizando uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos na realização dos mesmos. Dentre as ações mantidas pela Administração, destacam-se:

- Acordo com o Estado do Rio Grande do Sul que mantém o diferimento integral do ICMS na importação de nafta e limita a utilização a uma média mensal de R\$ 8.250 dos créditos acumulados de ICMS para compensação dos saldos mensais devedores das unidades daquele Estado;
- Manutenção pelo Governo do Estado da Bahia da ampliação do percentual de redução da base de cálculo do ICMS incidente sobre a nafta petroquímica importada, reduzindo a alíquota efetiva para 5,8%, conforme previsto nos parágrafos 9º e 10º do artigo 347 do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia (Decreto 11.059 de 19 de maio de 2008);
- Assinatura em novembro de 2009, sem prejuízo do item anterior, de Termo de Acordo com o Estado da Bahia, que assegura a efetividade da aplicação do Decreto Estadual 11.807, de 27 de outubro de 2009, que reduz gradativamente a alíquota efetiva de ICMS sobre a nafta nacional adquirida naquele estado, de 17% para 0% até março de 2011. Em 31 de março de 2010 a alíquota vigente é de 10%.
- Acordo com o Estado do Rio Grande do Sul para utilização de R\$ 9.600, por ano, do saldo credor para pagamento de aquisições de bens para investimentos naquele Estado;
- Operações de importação de insumos utilizando-se das prerrogativas previstas na legislação aduaneira, garantindo menor geração de créditos de ICMS;
- Manutenção da ampliação da base de cálculo do ICMS nas vendas de combustíveis para industrial refinador, de 40% para 100%, conforme previsão do artigo 347 do Regulamento do ICMS do Estado da Bahia; e
- Substituição de exportação de co-produtos por operações no mercado interno.

Considerando a norma fiscal que limita a realização no curto prazo de créditos de ICMS na aquisição de ativo imobilizado e a projeção da Administração da Companhia quanto ao prazo de realização dos demais créditos, em 31 de março de 2010, o montante de R\$ 796.010, controladora e consolidado (2009 – R\$ 703.313, controladora e consolidado) foi classificado no ativo não circulante.

## 10 Depósitos judiciais e empréstimo compulsório – Ativo não circulante

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Mar/2010</u>	<u>Dez/2009</u>	<u>Mar/2010</u>	<u>Dez/2009</u>
<b>Depósitos judiciais</b>				
Contingências tributárias	75.804	83.108	79.785	87.030
Contingências trabalhistas e outros	57.875	60.403	61.095	63.578
<b>Depósito compulsório</b>				
Compulsório Eletrobrás (Nota 5)	3.816	3.816	3.982	3.984
	<u>137.495</u>	<u>147.327</u>	<u>144.862</u>	<u>154.592</u>

## 11 Investimentos

### (a) Informações sobre os investimentos

	Participação no capital total (%) Mar/2010	Lucro líquido (prejuízo) do período, ajustado		Patrimônio líquido (passivo a descoberto), ajustado	
		Mar/2010	Mar/2009	Mar/2010	Dez/2009
<b>(a.1) Investimentos da controladora</b>					
<b>Controladas</b>					
Braskem America	100,00	(1.498)	1.677	309.411	3.821
Braskem Argentina	(ii)		(639)		
Braskem Chile	100,00	(463)	1.202	4.526	4.989
Braskem Distribuidora	100,00	1.546	(1.292)	90.673	89.127
Braskem Europa	100,00	5.700	121	120.526	114.826
Braskem Finance	100,00	(867)	(467)	31.830	32.697
Braskem Inc.	100,00	6.991	14.250	12.656	15.679
Braskem Participações	100,00	(1.378)		953	2.331
CCI	(i)		2		
CINAL	100,00	989	228	29.308	28.319
CITI	(iii)		(48.702)		
Ideom	(iv)	99,90	(1.491)	(3.460)	(1.969)
IPQ Argentina		96,77	830	(1.533)	9.030
IPQ Chile		99,02	(18)	133	1.463
IQAG		0,12	183	151	1.064
ISATEC		100,00	(392)	(650)	1.525
Natal Trading	(iii)		(133)		
Politeno Empreendimentos	100,00	(24)	367	(15)	9
Quantiq	100,00	4.918	1.802	99.135	94.244
Variant	100,00	564		13.315	14.007
<b>Controladas em conjunto</b>					
CETREL	53,83	6.508	6.457	235.696	226.179
RPR	33,20	13.565	10.380	11.625	(14.193)
<b>Coligadas</b>					
Borealis	20,00	4.838	494	120.750	103.422
CODEVERDE	35,75	(2)	(448)	94.366	102.182
Sansuy Administração, Participação, Representação e Serviços Ltda	20,00	(9)	(8)	1.976	1.986

		Participação no capital total (%) Mar/2010	Lucro líquido (prejuízo) do período, ajustado		Patrimônio líquido (passivo a descoberto), ajustado	
			Mar/2010	Mar/2009	Mar/2010	Dez/2009
<b>(a.2) Investimentos das controladas</b>						
<b>Braskem Distribuidora</b>						
	(ii)			(639)		
Braskem Argentina		100,00	3	5	189	186
Braskem Importação						
IPQ Argentina		0,06	830	(1.533)	9.030	8.200
Lantana		96,35	1.873	(37)	83.814	81.941
<b>Braskem Participações</b>						
Ideom	(iv)	0,10	(1.491)		(3.460)	(1.969)
<b>Braskem Inc</b>						
Lantana		3,65	1.873	(37)	83.814	81.941
<b>Quantiq</b>						
IQAG		99,88	183	151	1.064	881
<b>IPQ Chile</b>						
IPQ Argentina		3,17	830	(1.533)	9.030	8.200
<b>Braskem Europa</b>						
<b>Controladas em conjunto</b>						
Propilsur	(v)	49,00	(1.336)		(4.229)	(5.288)
Polimerica	(vi)	49,00	(940)		(4.685)	(5.760)

- (i) Empresa incorporada pela Braskem Importação em setembro de 2009
- (ii) Empresa incorporada pela IPQ Argentina em agosto de 2009
- (iii) Empresa incorporada pela Braskem Inc. em dezembro de 2009
- (iv) Companhia situada no Pólo Petroquímico de Camaçari e tem por objeto a prestação de serviços de pesquisa aplicada na indústria química e petroquímica e de materiais plásticos e têxteis
- (v) Companhia localizada no complexo industrial de petróleo e petroquímica “Major General José Antônio Anzoátegui”, Venezuela, tem por objeto a construção, operação e manutenção de um pólo petroquímico composto por plantas para a produção de polietilenos, assim como outros produtos petroquímicos, comercialização, prestação de serviços e participação em outras companhias
- (vi) Companhia localizada no complexo industrial de petróleo e petroquímica “Major General José Antônio Anzoátegui”, Venezuela, tem por objeto a construção, operação e manutenção de um pólo petroquímico composto por plantas para a produção de produtos termoplásticos da primeira e segunda geração petroquímica, incluindo propileno, polipropileno e outros produtos petroquímicos, comercialização, prestação de serviços e participação em outras companhias.

**(b) Movimentação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas**

	Saldo em 31/12/2009	Aumento (redução) de capital	Dividendos e JCP	Equivalência patrimonial	Amortização ágio	Ganho de participação	Ajuste de avaliação patrimonial	Provisão para perdas	Saldo em 31/03/2010
<b>Controladas e controladas em conjunto</b>									
<b>Controladas no país</b>									
Braskem Distribuidora	89.127			1.546					90.673
Braskem Participações	2.331			(1.378)					953
CETREL	115.993	5.369	(1.901)	3.129	(464)	1.452			123.578
CINAL	19.588			989					20.577
Quantiq	94.244		(27)	4.918					99.135
Politéno Empreendimentos	9							(9)	
ISATEC	1.917			(392)					1.525
Ideom									
Variet	14.007		(1.256)	564					13.315
RPR				2.144			1.716		3.860
	<b>337.216</b>	<b>5.369</b>	<b>(3.184)</b>	<b>11.520</b>	<b>(464)</b>	<b>1.452</b>	<b>1.716</b>	<b>(9)</b>	<b>353.616</b>
<b>Controladas no exterior</b>									
Braskem America (i)	3.821	307.088		(1.498)					309.411
Braskem Europa	114.826			5.700					120.526
Braskem Inc	15.679			6.991			(10.014)		12.656
Braskem Finance	32.697			(867)					31.830
Braskem Chile	4.989			(463)					4.526
IPQ Argentina	8.200			830					9.030
IPQ Chile	1.481			(18)					1.463
	<b>181.693</b>	<b>307.088</b>		<b>10.675</b>			<b>(10.014)</b>		<b>489.442</b>
<b>Total das controladas</b>	<b>518.909</b>	<b>312.457</b>	<b>(3.184)</b>	<b>22.195</b>	<b>(464)</b>	<b>1.452</b>	<b>(8.298)</b>	<b>(9)</b>	<b>843.058</b>
<b>Coligadas</b>									
Borealis	20.684			3.466					24.150
<b>Total das coligadas</b>	<b>20.684</b>			<b>3.466</b>					<b>24.150</b>

(i) Aumento de capital, em março de 2010, para futura aquisição da Sunoco Chemicals Inc. (Nota 27 (a))

**(c) Composição do resultado de participações societárias**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2010	Mar/2009	Mar/2010	Mar/2009
Equivalência patrimonial de controladas e controladas em conjunto	22.195	(31.815)	3.610	(2.350)
Equivalência patrimonial de coligadas	3.466		3.466	
Amortização de ágio	(464)	(5.468)	(464)	(5.468)
Provisão para perdas de investimentos	(1.515)	(475)		
	<b>23.682</b>	<b>(37.758)</b>	<b>6.612</b>	<b>(7.818)</b>

## 12 Imobilizado

### Consolidado

	Mar/2010		Dez/2009		Taxas médias anuais de depreciação/exaustão (%)
	Custo	Depreciação/exaustão acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	82.025		82.025	82.023	
Edifícios e benfeitorias	1.451.995	(577.141)	874.854	864.634	3,0
Máquinas, equipamentos e instalações	12.945.596	(5.179.996)	7.765.600	7.786.531	6,9
Minas e poços	24.320	(9.082)	15.238	15.723	9,0
Móveis e utensílios	120.048	(58.086)	61.962	62.485	10,0
Equipamentos de informática	136.623	(92.125)	44.498	24.013	20,0
Projetos em andamento	1.018.825		1.018.825	1.060.177	
Equipamento de laboratórios / segurança	104.618	(25.728)	78.890	76.682	10,0
Outros	162.397	(76.067)	86.330	71.893	20,0
	<u>16.046.447</u>	<u>(6.018.225)</u>	<u>10.028.222</u>	<u>10.044.161</u>	
<b><u>Controladora</u></b>	<u>15.701.133</u>	<u>(5.859.258)</u>	<u>9.841.875</u>	<u>9.850.672</u>	

Os projetos em andamento correspondem, principalmente, aos projetos de implantação de unidade industrial, melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos e projetos nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente.

## 13 Intangível

### Consolidado

	Mar/2010		Dez/2009		Taxas médias anuais de amortização (%)
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Ágios fundamentados em rentabilidade futura	3.211.501	(1.130.794)	2.080.707	2.080.707	(i)
Marcas e patentes	81.846	(26.132)	55.714	56.611	5,2
Software e direitos de uso	294.377	(97.117)	197.260	198.637	12,7
	<u>3.587.724</u>	<u>(1.254.043)</u>	<u>2.333.681</u>	<u>2.335.955</u>	
<b><u>Controladora</u></b>	<u>3.588.087</u>	<u>(1.249.212)</u>	<u>2.338.875</u>	<u>2.341.035</u>	

- (i) Os ágios fundamentados em rentabilidade futura foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, considerando o prazo máximo de 10 anos. A partir de 2009, esse tipo de ágio não é mais amortizado sistematicamente, ficando sujeito ao teste anual de recuperabilidade, conforme o disposto nos CPC 01.

## 14 Diferido

O saldo em 31 de março de 2010 refere-se aos gastos incorridos durante o período de construção de plantas industriais (gastos pré-operacionais), sendo estes gastos amortizados em cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo existente em 31 de dezembro de 2008, até sua completa amortização, sujeito a análise sobre a recuperação, conforme disposto no artigo 299-A da Lei 6.404/76, introduzida pelo artigo 25 da Lei 11.941/09.

## 15 Financiamentos

			<u>Consolidado</u>	
			<u>Mar/2010</u>	<u>Dez/2009</u>
<u>Encargos financeiros anuais</u>				
<b><u>Moeda estrangeira</u></b>				
Eurobonds		Nota 15(a)	2.314.074	2.250.037
Adiantamentos de contratos de câmbio	Dez/09	Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,61%		1.098
Pré-pagamentos de exportações		Nota 15(b)	2.740.373	2.669.597
Medium-Term Notes		Variação cambial do US\$ + juros médios de 11,75%	455.132	457.748
Financiamentos de matérias-primas	Mar/10	Variação cambial do US\$ + juros médios de 2,57%	16.509	
	Dez/09	Variação cambial do US\$ + juros médios de 4,08%		16.077
BNDDES	Mar/10	Juros médios de 7,30% + correção monetária pós-fixada (UMBNDDES)	12.406	
	Mar/10	Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,11%	186.427	
	Dez/09	Juros médios de 7,52% + correção monetária pós-fixada (UMBNDDES)		14.565
	Dez/09	Variação cambial do US\$ + juros médios de 6,26%		181.293
Capital de giro		Variação cambial do US\$ + juros médios de 7,64%	691.194	674.373
Financiamentos para projetos (NEXI)		Variação cambial do YEN + juros de 0,95% acima da TIBOR (Nota 15 (c))	94.155	101.895
Custo de captação, líquido		Nota 15 (h)	(26.285)	(28.041)
<b><u>Moeda nacional</u></b>				
Capital de giro	Mar/10	Correção monetária pós-fixada (117,5% do CDI)	604.175	
	Dez/09	Correção monetária pós-fixada (de 92% a 119,09% do CDI)		687.638
		Juros fixos 9,93% + TR	81.407	79.473
FINAME	Mar/10	Juros médios de 4,64% + TJLP	190	
	Dez/09	Juros médios de 4,68% + TJLP		260
BNDDES		Juros fixos médios de 2,83% + TJLP	1.347.923	1.374.259
BNB	Mar/10	Juros médios de 9,02%	410.526	
	Dez/09	Juros fixos de 9,47%		389.582
FINEP		Correção monetária pós-fixada (TJLP)	78.785	84.246
Custos de captação, líquido		Nota 15 (h)	(8.870)	(10.744)
Total			8.998.121	8.943.356
No Passivo circulante			(1.049.001)	(1.504.063)
Passivo não circulante			7.949.120	7.439.293

(i) UMBNDES = Unidade monetária do BNDDES.

**(a) Eurobonds**

A composição das operações de Eurobonds esta representada abaixo:

<u>Data da emissão</u>	<u>Valor da emissão US\$ mil</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Juros (% a.a.)</u>	<u>Controladora / Consolidado</u>	
				<u>Mar/2010</u>	<u>Dez/2009</u>
Jul/1997	250,000	Jun/2015	9,38	275.475	263.198
Jun/2005	150,000	Sem vencimento	9,75	268.225	262.231
Abr/2006	200,000	Sem vencimento	9,00	362.510	354.409
Set/2006	275,000	Jan/2017	8,00	496.740	495.216
Jun/2008	500,000	Jun/2018	7,25	911.124	874.983
<b>Total</b>	<b>1,375,000</b>			<b>2.314.074</b>	<b>2.250.037</b>

**(b) Pré-pagamentos de exportações**

A composição das operações de Pré-pagamentos de exportações esta representada abaixo:

<u>Data</u>	<u>Valor inicial da operação US\$ mil</u>	<u>Prazo de liquidação</u>	<u>Encargos (% a.a.)</u>	<u>Consolidado</u>	
				<u>Mar/2010</u>	<u>Dez/2009</u>
Jul/05	10,000	Jun/10	Var cambial US\$ + Libor semestral + 2,05	3.587	3.486
Jul/06	95,000	Jun/13	Var cambial US\$ + Libor semestral + 1,00	70.551	74.148
Jul/06	75,000	Jul/14	Var cambial US\$ + Libor semestral + 0,78	115.772	119.718
Mar/07	35,000	Mar/14	Var cambial US\$ + Libor semestral + 1,60	62.339	61.298
Abr/07	150,000	Abr/14	Var cambial US\$ + Libor semestral + 0,77	270.415	262.749
Out/07	315,525	Jan/10	Var cambial US\$ + Libor quadrimestral + 1,00		545.210
Nov/07	150,000	Nov/13	Var cambial US\$ + Libor semestral + 1,40	268.882	261.822
Out/08	725,000	Out/13	Var cambial US\$ + 5,6	1.305.807	1.269.210
Mai/09	20,000	Jan/11	Var cambial US\$ + Libor semestral + 4,00	36.253	36.315
Ago/09	20,000	Jul/11	Var cambial US\$ + Libor semestral + 5,00	35.876	35.641
Mar/10	100,000	Mar/15	Var cambial US\$ + Libor semestral + 2,50	178.404	
Mar/10	150,000	Mar/15	Var cambial US\$ + Libor semestral + 2,50	267.606	
Mar/10	70,000	Mar/15	Var cambial US\$ + Libor semestral + 2,50	124.881	
<b>Total</b>	<b>1,915,525</b>			<b>2.740.373</b>	<b>2.669.597</b>

**(c) Financiamentos para projetos**

Em março e setembro de 2005, a Companhia captou empréstimos em moeda japonesa junto à Nippon Export and Investment Insurance ("NEXI"), nos montantes de YEN 5,256,500 mil - R\$ 136.496 e YEN 6,628,200 mil - R\$ 141.529, respectivamente. O valor do principal vem sendo pago em 11 parcelas semestrais, com a primeira em março de 2007 e a última em junho de 2012.

Conforme descrito na (Nota 22(f.3)), a Companhia firmou contratos de *swap* na totalidade dessas dívidas de forma que o custo financeiro anual da parcela liberada em março de 2005 é de 101,59% do CDI e das parcelas liberadas em setembro de 2005 é de 104,29% e 103,98% do CDI. Os contratos de *swap* foram realizados com bancos estrangeiros de 1ª linha e suas características de vencimento, moedas, taxas e montantes se adequam perfeitamente ao contrato da dívida. O resultado desse contrato está apresentado no resultado financeiro (Nota 23).

**(d) Agenda de pagamentos**

O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Mar/2010</b>	<b>Dez/2009</b>
2011	901.188	1.132.504
2012	1.289.317	1.260.262
2013	1.462.903	1.209.739
2014	1.055.410	809.365
2015	489.834	351.237
2016 em diante	2.750.468	2.676.186
	<u>7.949.120</u>	<u>7.439.293</u>

**(e) Garantias**

A Companhia concedeu garantias para seus financiamentos conforme indicado a seguir:

**Controladora**

	<b>Vencimento</b>	<b>Total garantido</b>	<b>Valor do financiamento</b>	<b>Garantias</b>
BNB	Jun/16	206.718	206.718	Hipoteca de plantas, penhor de máquinas e equipamentos e fiança bancária
BNDES	Jul/17	1.532.806	1.532.806	Hipoteca de plantas, terrenos e imóveis e penhor de máquinas e equipamentos
NEXI	Jun/12	94.155	94.155	Apólice de seguro
Financiamentos capital giro	Mar/13	181.252	604.175	Caução de duplicatas
FINEP	Out/15	78.785	78.785	Fiança bancária
Pré-pagamentos	Mar/14	62.339	62.339	Garantias hipotecárias e terrenos
		<u>2.156.055</u>	<u>2.578.978</u>	

**(f) Encargos financeiros capitalizados**

A Companhia adota como prática contábil a capitalização de encargos dos financiamentos durante o período de construção dos ativos, estabelecendo como política a aplicação da taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, incluindo a variação cambial e monetária, aplicada ao saldo do ativo imobilizado em construção. A taxa média de encargos praticada no período foi de 3,90% a.a. (-0,39% a.a Mar/2009), incluindo a variação cambial e monetária. Os montantes capitalizados para os trimestres estão apresentados a seguir:

	<b>Despesas (receitas)</b>	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>Mar/2010</b>	<b>Mar/2009</b>
Encargos brutos	354.759	111.207
(-) Encargos financeiros capitalizados no período	(31.582)	(4.482)
Encargos financeiros no resultado	<u>323.177</u>	<u>106.725</u>

**(g) Compromissos formais dos financiamentos (“Covenants”)**

Alguns contratos de financiamentos da Companhia e suas controladas estabelecem limites para determinados indicadores ligados à capacidade de endividamento e de pagamentos de juros.

O primeiro indicador impõe limite no endividamento da Companhia e suas controladas em função da sua capacidade de geração de EBITDA. Ele é calculado dividindo-se a dívida líquida consolidada da Companhia pelo EBITDA consolidado dos últimos doze meses. Este indicador é calculado em real ou dólar, dependendo da condição contratual. Se calculado em dólar, é utilizada a PTAX do fechamento para apurar a dívida líquida e o dólar médio dos últimos quatro trimestres para o cálculo do EBITDA.

O segundo indicador encontrado nos contratos da Companhia e suas controladas é a divisão do EBITDA consolidado por juros líquidos, que corresponde à diferença entre os juros pagos e os juros recebidos. Este indicador é verificado trimestralmente e calculado apenas em dólar.

Segue, abaixo, o resumo das operações e seus limitadores:

<b>Operação</b>	<b>Indicador/Limite</b>	<b>Moeda</b>
<b>Debêntures</b>	Dívida líquida/EBITDA < 4,5	R\$
<b>Financiamento junto a Nexi</b>	Dívida líquida/EBITDA < 4,5 EBITDA /Juros líquidos > 1,5	US\$
<b>Medium-Term Notes</b>	Dívida líquida/EBITDA < 4,5	R\$
<b>Pré-pagamentos de exportações</b>	Dívida líquida/EBITDA < 4,5 EBITDA/Juros Líquidos > 2,0	US\$

O cálculo do EBITDA para essas operações é determinado da seguinte forma:

<b>Consolidado</b>	
<b>Debêntures</b>	<b>EBITDA = LB (-) DOP (+) DAC (+/-) ORD</b>
<b>Nexi, Pré-pagamentos de exportações e Medium-Term Notes</b>	<b>EBITDA = LB (-) DOP (+) DAC (+/-) ORD (+) DJCP</b>
LB=Lucro bruto	ORD=Outras receitas e despesas operacionais
DOP=Despesas gerais, administrativas e com vendas	DJCP=Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de empresas não consolidadas
DAC=Depreciação alocada ao custo dos produtos vendidos	

A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, exceto para as operações de Debêntures e de *Medium-Term Notes*, onde só haverá antecipação do vencimento da dívida, caso seja emitida uma nova dívida e o indicador limite, após a emissão, ficar acima de 4,5.

Em 31 de março de 2010, todos os compromissos assumidos estão atendidos.

#### (h) Custos de transação (consolidado)

Os gastos incorridos para estruturar determinadas operações de financiamentos foram considerados como parte do custo das operações conforme previsto no CPC 08. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	Mar/2010				Dez/2009			
	Pré-pagamento de exportações	Eurobonds	Capital de Giro	Total	Pré-pagamento de exportações	Eurobonds	Capital de Giro	Total
Saldo no início do período	17.534	10.507	10.744	38.785	30.043	15.763	15.959	45.806
Custos incorridos								15.959
Amortizações	(1.446)	(310)	(1.874)	(3.630)	(12.509)	(5.256)	(5.215)	(22.980)
Saldo no final do período	<b>16.088</b>	<b>10.197</b>	<b>8.870</b>	<b>35.155</b>	<b>17.534</b>	<b>10.507</b>	<b>10.744</b>	<b>38.785</b>

O montante a apropriar ao resultado futuro tem a seguinte composição:

	Mar/2010			
	Pré-pagamento de exportações	Eurobonds	Capital de Giro	Total
2010	4.335	926	4.757	10.018
2011	5.587	1.236	2.893	9.716
2012	4.239	1.236	1.185	6.660
2013	1.927	1.236	35	3.198
2014 em diante		5.563		5.563
	<b>16.088</b>	<b>10.197</b>	<b>8.870</b>	<b>35.155</b>

#### 16 Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)

Emissão	Valor unitário	Vencimento	Remuneração	Pagamento da remuneração	Controladora / Consolidado	
					Mar/2010	Dez/2009
13ª.	R\$ 10	jun/2010	104,1% do CDI	Semestral, a partir de dez/2005	308.623	302.261
14ª.	R\$ 10	set/2011	103,5% do CDI	Semestral, a partir de mar/2007	503.747	514.468
					<b>812.370</b>	<b>816.729</b>

## 17 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2010	Dez/2009	Mar/2010	Dez/2009
<b>Circulante</b>				
IPI a recolher	33.761	30.649	33.987	31.180
PIS e COFINS	14.868	14.469	16.332	14.866
Imposto de renda e contribuição social	9.373	14.712	13.876	16.878
ICMS	41.318	38.040	44.293	42.687
Programa de parcelamento – Lei 11.941/09	(iv)	84.268	57.309	84.268
Programa de parcelamento – MP 470/09	(iii)	683.784	958.052	683.784
PAES - Lei 10.684/03	(ii)	5.108	7.222	5.315
Outros		17.016	24.425	17.872
Total		<u>889.496</u>	<u>1.144.878</u>	<u>899.727</u>
<b>Não circulante</b>				
IPI - material de consumo e imobilizado		46.706		46.706
COFINS - Lei 9.718/98	(i)	50.926	3.729	54.601
Salário educação, SAT e INSS		40.086	40.086	41.254
Programa de parcelamento – Lei 11.941/09	(iv)	1.172.792	795.177	1.172.792
PAES - Lei 10.684/03	(ii)	34.768	33.621	35.315
Outros		52.987	81.063	56.782
Subtotal		1.300.633	1.047.579	1.309.886
(-) Depósitos judiciais	(v)	(72.467)	(61.195)	(64.184)
Total		<u>1.228.166</u>	<u>986.384</u>	<u>1.234.430</u>

### (i) COFINS – Lei 9.718 de 1998

Os valores registrados em dezembro de 2009 no passivo não circulante referiam-se ao questionamento feito pela Companhia e empresas incorporadas acerca da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da COFINS, de 2% para 3%, estabelecida pela Lei 9.718/98. A despeito da manifestação do Plenário do STF, em novembro de 2005, acerca da legalidade da referida majoração, este mesmo órgão rediscutiu a matéria sob a repercussão geral atinente à inconstitucionalidade e reiterou o seu entendimento quanto à legalidade da referida majoração. Face à essa decisão, conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, a Companhia incluiu em 2010, os valores em litígio no parcelamento da Lei 11.941/09.

### (ii) Parcelamento Especial - PAES - Lei 10.684/03

As incorporadas IPQ e Trikem e a controlada CINAL aderiram ao programa de parcelamento especial (PAES), instituído pela Lei Federal 10.684/03.

A IPQ optou pelo parcelamento em virtude do cancelamento dos Documentos Comprobatórios de Compensação (DCC's) originados de aquisição e compensação de créditos tributários de terceiros. Já a Trikem fez essa opção em virtude de desistência da ação relativa à contestação da majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%, instituída pela Lei 9.718/98.

Em que pese a regularidade dos pagamentos e o preenchimento de todos os requisitos legais por parte da Companhia, a Procuradoria da Fazenda Nacional excluiu a Trikem do PAES em duas oportunidades, sendo que, em ambos os casos, a Companhia obteve decisões judiciais para determinar sua manutenção no referido programa de parcelamento.

A Companhia optou por exercer o direito concedido pela Lei 11.941/09 de parcelar o saldo remanescente do PAES e, com isso, extinguir todos os litígios relacionados à sua exclusão no antigo parcelamento.

**(iii) Parcelamento da MP 470/09**

Em decorrência dos benefícios concedidos pela Medida Provisória 470/09, de 13 de outubro de 2009, e com base na opinião de seus assessores externos, a Administração da Companhia desistiu das ações judiciais e recursos administrativos que buscavam o reconhecimento dos créditos tributários decorrentes da aquisição de insumos tributados à alíquota zero e do benefício fiscal do crédito-prêmio de IPI e confirmou a sua adesão ao parcelamento previsto na referida Medida Provisória.

Este parcelamento será liquidado em doze prestações mensais e a sua movimentação no 1º trimestre de 2010 é a seguinte:

Saldo do parcelamento em 31 de dezembro de 2009	958.052
(-) Parcelas pagas	(291.304)
(+) Atualização pela taxa SELIC	17.036
Saldo do parcelamento em 31 de março de 2010	<u>683.784</u>

Conforme estabelecido na referida medida provisória, a Companhia perderá todas as reduções de encargos moratórios nos seguintes casos: (i) quando ocorrer inadimplemento de três prestações consecutivas, ou não, ou; (ii) quando ocorrer inadimplemento de até duas prestações, mesmo estando pagas todas as demais. Na segunda hipótese, para evitar essa perda, a Companhia deverá, obrigatoriamente, quitá-las antes do pagamento da última parcela.

**(iv) Parcelamento da Lei 11.941/09**

Em 27 de maio de 2009, foi editada a Lei 11.941 que estabelece as condições para o parcelamento de débitos tributários federais. Dentre essas condições destacam-se: i) o prazo de pagamento que pode se estender em até 180 meses; ii) os descontos de multas, juros e encargos que variam de acordo com o prazo de pagamento; iii) a possibilidade de utilização do saldo de prejuízos fiscais e da base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro (“CSL”) na liquidação das multas e juros. Atendendo o disposto na referida Lei, a Braskem manifestou a sua adesão a esse parcelamento e, desde o dia 30 de novembro de 2009, vem recolhendo os valores mínimos estabelecidos na Lei. A Secretaria da Receita Federal deverá disponibilizar, durante o ano de 2010, o programa consolidador dos débitos incluídos neste parcelamento, que deverá confirmar os valores contabilizados.

Com base na análise das perspectivas de êxito das ações judiciais e processos administrativos, elaborada por seus assessores jurídicos externos, a Companhia decidiu incluir neste parcelamento os seguintes tributos: i) CSL no valor de R\$ 1.012.235; ii) crédito do IPI incidente na compra de material de consumo e imobilizado, no montante de R\$ 91.461; iii) COFINS derivada da discussão judicial sobre a elevação da alíquota de 2% para 3% estabelecida pela Lei 9.718/98, no valor de R\$ 61.570; e iv) diversos outros tributos no montante de R\$ 55.446. Em relação ao prazo de pagamento, a Administração da Companhia optou pelo prazo de 180 meses.

Os valores deste parcelamento estão demonstrados a seguir:

<b>Saldo do parcelamento em 31 de dezembro de 2009</b>	852.486
(+) Novos tributos e encargos moratórios incluídos no parcelamento	368.226
(-) Pagamentos simbólicos	(27)
(+) Atualização pela taxa SELIC	36.375
<b>Saldo do parcelamento em 31 de março de 2010</b>	<u>1.257.060</u>
Passivo circulante	84.268
Passivo não circulante	1.172.792

Conforme estabelecido na referida Lei, a Companhia perderá todas as reduções de encargos moratórios quando ocorrer inadimplimento de três prestações, consecutivas ou não.

## 18 Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

### (a) Reconciliação dos efeitos do imposto de renda e da CSL no resultado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Mar/2010</u>	<u>Mar/2009</u>	<u>Mar/2010</u>	<u>Mar/2009</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, contribuição social e participação de acionistas não controladores	(165.035)	32.137	(160.745)	32.591
(Despesa) benefício de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	56.112	(10.926)	54.653	(11.081)
Imposto de renda e CSL sobre equivalência patrimonial	8.725	(7.954)	9.401	(7.954)
Efeitos tributários da não sujeição à CSL		2.892		2.892
Outras diferenças permanentes	2.700	(941)	(827)	(2.924)
Efeitos de não constituição de IR sobre prejuízos fiscais		(37.661)		(37.661)
Efeitos dos parcelamentos de tributos (Nota 17)	22.273		22.273	
Movimentação da Parte B do LALUR sem constituição de IR/CSL diferidos	(6.330)	7.861	(6.344)	13.081
RTT (Nota 2 (b))	(2.676)	25.515	(2.676)	22.515
Outros	67	67	67	67
Ajustes de anos anteriores	(3.356)	(1.255)	(3.356)	(1.791)
Benefícios Fiscais (SUDENE e PAT)			34	
Contribuição social - parcelamento Lei 11.941/09	<u>(35.879)</u>		<u>(35.879)</u>	
Efeito do imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>41.636</u>	<u>(22.402)</u>	<u>37.346</u>	<u>(22.856)</u>
<u>Composição do IRPJ e da CSL:</u>				
Corrente	(3.712)	(1.255)	(7.111)	(3.393)
Contribuição social - parcelamento Lei 11.941/09	(35.879)		(35.879)	
IR e CSL diferidos	<u>81.227</u>	<u>(21.147)</u>	<u>80.336</u>	<u>(19.463)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>41.636</u>	<u>(22.402)</u>	<u>37.346</u>	<u>(22.856)</u>

Devido à apuração de prejuízo fiscal no primeiro trimestre de 2010, não houve benefício de isenção/redução do imposto de renda durante o período. Esse prejuízo fiscal foi apurado, principalmente, em razão da adoção do regime de caixa para a tributação do resultado positivo da variação cambial e da amortização de ágios fundamentados em rentabilidade futura.

**(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Composição do IR diferido	Controladora		Consolidado	
	Mar/2010	Dez/2009	Mar/2010	Dez/2009
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais	455.750	453.764	455.750	455.850
Ágios amortizados	110.907	122.151	110.907	122.151
Provisões temporárias	73.859	79.480	75.235	89.724
RTT	12.044	13.002	12.044	13.002
Outras diferenças temporárias	15.484	19.827	26.208	19.827
	<u>668.044</u>	<u>688.224</u>	<u>680.144</u>	<u>700.554</u>
Circulante	54.546	55.972	57.285	59.164
Não circulante	613.498	632.252	622.859	641.390
Total	<u>668.044</u>	<u>688.224</u>	<u>680.144</u>	<u>700.554</u>
<b>Passivo</b>				
RTT	157.252	131.996	157.252	131.996
Variações cambiais	383.880	487.198	383.880	487.198
Outras diferenças temporárias	6.572	6.720	6.587	6.735
	<u>547.704</u>	<u>625.914</u>	<u>547.719</u>	<u>625.929</u>
Não circulante	547.704	625.914	547.719	625.929
Total	<u>547.704</u>	<u>625.914</u>	<u>547.719</u>	<u>625.929</u>
<b>Composição da CSL diferida</b>				
	Mar/2010	Dez/2009	Mar/2010	Dez/2009
<b>Ativo</b>				
Base negativa de contribuição social	163.146	163.535	163.160	163.634
Ágios amortizados	40.746	44.818	40.746	44.818
Provisões temporárias	24.559	28.612	25.054	29.279
RTT	932	314	932	314
Outras diferenças temporárias	3.768	1.738	3.259	1.738
	<u>233.151</u>	<u>239.017</u>	<u>233.151</u>	<u>239.783</u>
Não circulante	233.151	239.017	233.151	239.783
Total	<u>233.151</u>	<u>239.017</u>	<u>233.151</u>	<u>239.783</u>
<b>Passivo</b>				
RTT	56.611	47.519	56.611	47.519
Variações cambiais	138.197	175.391	138.197	175.391
	<u>194.808</u>	<u>222.910</u>	<u>194.808</u>	<u>222.910</u>
Não circulante	194.808	222.910	194.808	222.910
Total	<u>194.808</u>	<u>222.910</u>	<u>194.808</u>	<u>222.910</u>

**(c) Contribuição social sobre o lucro (CSL)**

Em 31 de dezembro de 2009, a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, divulgou a sua decisão de exercer o direito concedido pela Lei 11.941/09 de parcelar a CSL das incorporadas Trikem e Polialden nos processos que discutia a constitucionalidade da Lei 7.689/88.

Deve-se ressaltar que a Companhia, com base na opinião de seus assessores externos, entendeu por bem não incluir no parcelamento os valores que lhe são exigidos a título de multa isolada. Com efeito, o Conselho de Contribuintes vem, reiteradamente, decidindo, inclusive em processos em que a Companhia é parte, que a imputação de multa isolada e multa de ofício ao mesmo fato gerador é ilegal. O montante das multas em discussão é de R\$ 117.001, em 31 de março de 2010.

Ademais, tendo em vista que no caso da OPP Química a União não propôs ação rescisória, a Companhia entende que, juridicamente, continua válida a primeira decisão transitada em julgado a seu favor. Assim, os autos de infração lavrados pela Receita Federal relacionados à incorporada OPP Química também não serão incluídos no parcelamento. O montante envolvido, corrigido monetariamente e atualizado pela taxa SELIC, é de R\$ 218.990.

Por fim, a Companhia ainda estuda a possibilidade de discutir judicialmente a validade das multas de ofício que foram imputadas pelas autoridades fiscais. Isto porque, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que até o protocolo do pedido de desistência de seus recursos nas esferas administrativas e judiciais não está em mora com a União. Os valores em análise montam R\$ 176.374.

**(d) Incentivos fiscais**

**(d.1) Imposto de renda**

Até o ano-base de 2011, a Companhia tem o direito ao benefício de redução de 75% do imposto de renda devido sobre o lucro proveniente da venda de petroquímicos básicos e utilidades produzidos na planta de Camaçari. As três plantas de polietileno instaladas em Camaçari gozam da mesma redução até os anos-base de 2011, 2012 e 2016. A planta de PVC, em Camaçari, também usufruirá do benefício até o ano-base de 2013.

As produções de soda cáustica, cloro, dicloroetano e caprolactama possuem o benefício de redução de 75% da alíquota de imposto de renda até o ano-base de 2012.

**(d.2) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS**

A Companhia é detentora de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado de Alagoas por meio do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas – PRODESIN. Esse incentivo objetiva a implantação e a expansão de indústrias naquele Estado e é registrado no resultado do exercício, na rubrica “Outras receitas operacionais”.

## 19 Demais contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Mar/2010</u>	<u>Dez/2009</u>	<u>Mar/2010</u>	<u>Dez/2009</u>
Notas de créditos	2.885	1.249	2.885	1.249
Comissões / bonificações de clientes	11.568	17.621	11.568	17.621
Prêmios de seguros	11.580	15.575	11.590	15.584
Provisão para recuperação de danos ambientais (i)	52.453	57.797	52.453	57.797
Valor de mercado de instrumentos derivativos	22.558	27.108	22.558	27.108
Provisões judiciais diversas (ii)	84.138	83.998	85.239	85.203
Adiantamento de clientes	19.429	37.990	19.429	37.990
Contratos de arrendamento mercantil	16.675	18.741	16.675	18.741
Outras contas a pagar	90.781	51.183	126.252	80.153
<b>Total</b>	<b>312.067</b>	<b>311.262</b>	<b>348.649</b>	<b>341.446</b>
No passivo circulante	143.757	116.815	171.602	135.450
No passivo não circulante	168.310	194.447	177.047	205.996

- (i) A Companhia mantém provisão para gastos futuros com reparação de danos ambientais em algumas das suas plantas industriais.
- (ii) Baseada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, a Companhia provisiona os valores dos litígios considerados como de perda provável. O valor da provisão para os processos cíveis e trabalhistas é calculado considerando o valor pleiteado pelos requerentes e o percentual histórico da Companhia na liquidação de processos dessas naturezas (Nota 21).

A composição destas provisões é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Mar/2010</u>	<u>Dez/2009</u>	<u>Mar/2010</u>	<u>Dez/2009</u>
Reclamações trabalhistas	23.943	23.943	25.044	25.148
Processos tributários	50.382	50.242	50.382	50.242
Processos cíveis	1.695	1.695	1.695	1.695
Outras contingências	8.118	8.118	8.118	8.118
	<b>84.138</b>	<b>83.998</b>	<b>85.239</b>	<b>85.203</b>

## **20 Patrimônio líquido**

### **(a) Capital social**

Em 31 de março de 2010, o Capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 5.473.181, representado por 520.928.154 ações sem valor nominal, sendo 190.462.446 ações ordinárias, 329.871.890 ações preferenciais classe “A” e 593.818 ações preferenciais classe “B”.

Em maio de 2009, em razão da incorporação da Triunfo (Nota 1 (b.1)), o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 97.379, passando de R\$ 5.375.802 para R\$ 5.473.181 mediante a emissão de 13.387.157 ações preferenciais classe “A” da Companhia.

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 25 de fevereiro de 2010, autorizou o aumento do Capital Social, independente de reforma estatutária, até o limite de 1.152.937.970 em ações, sendo 535.661.731 em ações ordinárias, 616.682.421 em ações preferenciais classe “A” e 593.818 em ações preferenciais classe “B”, sendo certo que a quantidade de ações preferenciais sem direito a voto ou voto restrito não poderá ultrapassar o limite de 2/3 do capital total da Companhia.

### **(b) Direitos das ações**

As ações preferenciais não concedem direito a voto mas asseguram, em cada exercício, um dividendo prioritário, não cumulativo de 6% sobre seu valor unitário, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição. Somente as ações preferenciais classe "A" terão participação igual às ações ordinárias no lucro remanescente, e estas somente terão direito ao dividendo após o pagamento do dividendo prioritário às ações preferenciais. Somente as ações preferenciais classe "A" têm, ainda, assegurada a igualdade de condições às ações ordinárias na distribuição de ações resultantes de capitalização de outras reservas. Apenas as ações preferenciais classe “A” poderão ser convertidas em ações ordinárias mediante deliberação da maioria do capital votante presente em Assembleia Geral. As ações preferenciais classe "B" podem ser convertidas em ações preferenciais classe “A”, a qualquer tempo, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe “B” para cada ação preferencial classe “A”, mediante simples solicitação por escrito à Companhia, desde que esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial que viabilizou a emissão e integralização destas ações com recursos de incentivos fiscais.

Na eventual liquidação da Companhia será assegurada às ações preferenciais classes "A" e "B" prioridade no reembolso do capital.

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme previsto nos Memorandos de Entendimentos para Celebração de Acordo de Acionistas, a Companhia deverá distribuir, a título de dividendos, um percentual não inferior a 50% do lucro líquido disponível no exercício, desde que sejam mantidas as reservas necessárias e suficientes para a eficiente operação e o desenvolvimento de seus negócios.

Consoante termos pactuados na emissão das *Medium-Term Notes* (Nota (15)), o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio fica limitado ao dobro dos dividendos mínimos previstos no estatuto social da Companhia.

**(c) Ações em tesouraria**

Em 31 de março de 2010, a Companhia mantinha em tesouraria 1.506.060 ações preferenciais classe “A”, pelo valor de R\$ 11.932, decorrentes da participação que a incorporada Triunfo detinha na Braskem. O valor total dessas ações é de R\$ 19.714, calculado com base na cotação média do pregão em 31 de março de 2010.

**(d) Destinação do resultado**

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) 25% para o pagamento de dividendos obrigatórios, não cumulativos, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais. Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: (i) no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; (ii) se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo. O lucro líquido do exercício de 2009 foi utilizado para absorver parte do prejuízo acumulado e, por esse motivo, a Administração da Companhia não destinou qualquer valor a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

**(e) Ajustes de avaliação patrimonial**

Esta rubrica, criada pela Lei 11.638/07, visa registrar valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram ainda pelo resultado, mas o farão no futuro. A Companhia mantém nesta conta os seguintes valores:

	<u>Mar/2010</u>	<u>Dez/2009</u>
Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquidos de imposto de renda e CSL (Nota 5)	4.459	1.127
	<u>4.459</u>	<u>1.127</u>
Operações de <i>hedge</i> (Nota 22, f.3 (iii))		
Braskem S.A.	(11.296)	(3.427)
Braskem Inc.	(72.175)	(63.877)
	<u>(83.471)</u>	<u>(67.304)</u>
	<u>(79.012)</u>	<u>(66.177)</u>

## 21 Contingências

### (a) Trabalhistas e previdenciárias

#### Convenção coletiva dos trabalhadores – Cláusula 4º

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Empresas Petroquímicas, Químicas, Plásticas e afins do Estado da Bahia ("SINDIQUÍMICA") e o Sindicato da Indústria Petroquímica e Resinas Sintéticas no Estado da Bahia ("SINPEQ") discutem, judicialmente, a exigibilidade da cláusula de indexação de salários constante da convenção coletiva de trabalho em face de norma de ordem pública (plano econômico) instituída em 1990 e que restringiu reajustes salariais. A Companhia operava fábricas na região em 1990 e é membro do SINPEQ.

O sindicato dos empregados pleiteia o reajustamento dos salários de forma retroativa. Em dezembro de 2002, o STF confirmou decisão anterior do Tribunal Superior do Trabalho determinando que a lei de política econômica prevalece sobre a convenção coletiva e, portanto, nenhum reajuste é devido. Em 2003, o SINDIQUÍMICA opôs Embargos de Declaração contra esta última decisão, os quais, em 31 de maio de 2005, foram rejeitados por unanimidade.

Em 24 de outubro de 2005, o SINDIQUÍMICA interpôs Embargos de Divergência. O recurso foi encaminhado para a cota da Procuradoria Geral da República, que apresentou parecer integralmente favorável ao SINPEQ em novembro de 2006. O julgamento do recurso foi iniciado em 28 de junho de 2007, estando suspenso por pedido de vistas de um dos julgadores.

A Administração, com base na opinião dos seus advogados externos, entende que o desfecho da ação será favorável ao SINPEQ e, desta forma, não foi provisionado qualquer valor em relação a essa causa.

#### INSS

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais tendo por objeto matérias previdenciárias, os quais, em 31 de março de 2010, totalizavam R\$ 278.875, valor esse atualizado pela SELIC.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, que julgam como possíveis as possibilidades de êxito com esses processos, entende não ser devido qualquer valor relativo a essas notificações e, portanto, não constituiu provisões para esse fim.

#### Outras contingências trabalhistas e previdenciárias

- No segundo trimestre de 2005, os Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas e Químicas de Triunfo - RS e de Camaçari - BA ajuizaram ações reclamationárias requerendo o pagamento de horas extras em diversas ações. Para essas ações foram apresentadas as devidas contestações e a Administração da Companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, não espera ter perdas ao final desses julgamentos.
- Em 31 de março de 2010, a Companhia e suas controladas eram reclamadas em 1.438 ações indenizatórias e ações trabalhistas, incluídas as mencionadas anteriormente, cujos valores envolvidos totalizavam, aproximadamente, R\$ 479.294 (Dez/09 - R\$ 420.638). Com base nas avaliações dos assessores jurídicos externos, grande parte dessas ações deverá ser julgada procedente à Companhia. Para os processos com perda provável, a Companhia e suas controladas mantêm provisão de R\$ 25.044.

**(b) Tributárias**

**(i) IRPJ e CSL**

A incorporada Copesul foi autuada pela SRF, em 1999, constituindo crédito de IRPJ e CSL no período-base de 1994, relativo à correção monetária de balanço e resultado de equivalência patrimonial decorrentes do reconhecimento contábil de dividendos distribuídos por controlada no exterior. O montante atualizado da causa é de R\$ 21.812. O processo aguarda julgamento de recurso interposto pela Fazenda Nacional junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam como possível a chance de êxito desse processo.

**(ii) IPC/BTNF - Lei nº 8.200/91**

Em 1995, a incorporada Copesul foi autuada pela SRF por supostamente ter recolhido a menor Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição social Sobre o Lucro (“CSL”) nos exercícios fiscais de 1992 a 1994, em decorrência do aproveitamento das diferenças entre os índices IPC/BTNF sem as restrições impostas pela Lei nº 8.200/91. O Auto de Infração fora julgado procedente em 1996. Desde então, a Procuradoria da Fazenda Nacional poderia ter ajuizado Execução Fiscal para cobrar os débitos da incorporada Copesul.

Entretanto, a União, por força de decisão liminar proferida em uma ação cautelar que visava impedir a Receita Federal exigir o IR e a CSL no exercício fiscal de 1995 e seguintes, entendeu que estaria impedida de cobrar os referidos débitos. Apesar de ter transcorrido o prazo prescricional, a Fazenda em 2006 ajuizou execução fiscal pretendendo cobrar os referidos débitos.

A Braskem ingressou com Mandado de Segurança para cancelar a inscrição na dívida ativa. O TRF da 4ª região concedeu a segurança pleiteada pela Braskem. A Fazenda recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (“STJ”). A Braskem já consta com um voto favorável onde foi negado provimento ao Recurso da Fazenda.

A Companhia não constituiu provisão relacionada a esta discussão, pois, baseada na opinião de seus assessores jurídicos externos, acredita que suas chances de êxito são prováveis.

**(c) Outras demandas judiciais da Companhia e suas controladas**

**Cível**

A Companhia possui ações cíveis ajuizadas pelo controlador de uma ex-distribuidora de soda cáustica e pela transportadora que prestava serviços para essa ex-distribuidora, cujos valores, em 31 de março de 2010, totalizavam R\$ 30.312. Os autores tentam obter reparação de danos relativos ao alegado descumprimento do contrato de distribuição pela Companhia. A avaliação da Administração, suportada pela opinião dos assessores jurídicos externos responsáveis pela condução dos casos, é que as ações possivelmente serão julgadas improcedentes e, por esta razão, não foram constituídas provisões.

**Societário**

Alguns acionistas detentores de ações preferenciais incentivadas propuseram ações originalmente contra as empresas incorporadas Nitrocarbono, OPP Química, Salgema, Trikem, Polialden e Politeno. Os mesmos pleiteiam a participação no lucro remanescente após o pagamento do dividendo prioritário, nas mesmas bases dos acionistas detentores de ações ordinárias e/ou, conforme o caso, ações preferenciais classe “A”, além de direito de voto até que seja restabelecida a distribuição dos dividendos nas condições pretendidas. O valor envolvido das ações, todas com possibilidade de êxito possível, é de R\$ 14.719.

## 22 Instrumentos financeiros

### Instrumentos financeiros não-derivativos

A Braskem e suas controladas detinham, em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009 os seguintes instrumentos financeiros não-derivativos, segundo a definição dada pelo OCPC 03.

	Valor patrimonial		Valor justo	
	Mar/2010	Dez/2009	Mar/2010	Dez/2009
<b>Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)</b>				
<b>Aplicações financeiras no Brasil</b>				
Aplicações do FIQ Sol	1.097.678	1.239.279	1.097.678	1.239.279
Aplicações de renda fixa	247.295	318.919	247.295	318.919
	<b>1.344.973</b>	<b>1.558.198</b>	<b>1.344.973</b>	<b>1.558.198</b>
<b>Aplicações financeiras no exterior</b>				
Fundos de investimentos em moeda externa "Time Deposits"	52.942	58.447	52.942	58.447
	500.654	732.513	500.654	732.513
	<b>553.596</b>	<b>790.960</b>	<b>553.596</b>	<b>790.960</b>
<b>Títulos e valores mobiliários (Nota 5)</b>				
Títulos do tesouro americano	285.194	261.884	284.900	261.884
Ações mantidas para negociação	85	25.761	85	25.761
Aplicações do FIQ Sol	314.495	179.175	314.495	179.175
	<b>599.774</b>	<b>466.820</b>	<b>599.480</b>	<b>466.820</b>
<b>Financiamentos (Nota 15)</b>				
<b>Moeda estrangeira</b>				
Adiantamentos de contratos de câmbio		1.098		1.098
Capital de giro	691.194	674.373	691.194	674.373
BNDES	198.833	195.858	198.833	195.858
Eurobonds	2.314.074	2.250.037	2.486.507	2.426.823
Financiamentos de matérias-primas	16.509	16.077	16.509	16.077
Medium-Term Notes	455.132	457.748	564.608	559.759
Pré-pagamentos de exportações	2.740.373	2.669.597	2.740.373	2.669.597
Financiamentos para projetos (NEXI)	94.155	101.895	94.155	101.895
	<b>6.510.270</b>	<b>6.366.683</b>	<b>6.792.179</b>	<b>6.645.480</b>
<b>Moeda nacional</b>				
Capital de giro	685.582	767.111	685.582	767.111
FINAME	190	260	190	260
BNDES	1.347.923	1.374.259	1.347.923	1.374.259
BNB	410.526	389.582	410.526	389.582
FINEP	78.785	84.246	78.785	84.246
	<b>2.523.006</b>	<b>2.615.458</b>	<b>2.523.006</b>	<b>2.615.458</b>
<b>Debêntures (Nota 16)</b>				
Debêntures	812.370	816.729	808.130	810.016
	<b>812.370</b>	<b>816.729</b>	<b>808.130</b>	<b>810.016</b>

- **Riscos e instrumentos financeiros derivativos**

**(a) Gerenciamento de riscos**

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de preços de *commodities*, taxas de câmbio e taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras, contas a receber e derivativos.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com uma Política de Gestão Financeira e com uma Política de Gestão de Riscos. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

**(b) Exposição a riscos cambiais**

A Companhia tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. Os insumos e produtos da Companhia têm preços denominados ou fortemente influenciados pelas cotações internacionais de *commodities*, as quais são usualmente denominadas em dólares. Adicionalmente, a Companhia tem utilizado captações de longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira. A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre dívida em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos. A política da Companhia para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente.

**(c) Exposição a riscos de taxas de juros**

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário.

**(d) Exposição a riscos de *commodities***

A Companhia está exposta à variação de preços de diversas *commodities* petroquímicas, em especial, a de sua principal matéria-prima, a nafta. A Companhia procura repassar as oscilações de preços dessa matéria-prima provocadas pela flutuação da cotação internacional. No entanto, parte de suas vendas podem ser realizadas através de contratos de preços fixos ou com banda de flutuação máxima e/ou mínima. Tais contratos podem ser acordos comerciais ou contratos de derivativos associados a vendas futuras. Em 31 de março de 2010, a Companhia não apresenta nenhum destes contratos em aberto que se enquadre como derivativo.

**(e) Exposição a riscos de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o *rating* e os preços observados diariamente no mercado de *Credit Default Swaps* referenciados às instituições, bem como celebrando contratos de compensação (*netting*) que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre as partes.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

**(f) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com os seguintes propósitos:

**f.1) Hedge:** As atividades de *hedge* são executadas em conformidade com as políticas da Companhia. A Política de Gestão Financeira prevê um programa contínuo de *hedge* de curto prazo para o risco cambial proveniente de suas operações e de itens financeiros. Os demais riscos de mercado são abordados na medida em que são introduzidos por cada operação. De um modo geral, a Companhia inclui o julgamento da necessidade de *hedge* durante a análise de operações prospectivas e procura realizar o *hedge* sob medida para as operações consideradas, além de preservar o *hedge* pelo prazo integral da operação que estiver sendo coberta.

A Companhia pode eleger derivativos como *hedge* para aplicação de Contabilidade de *Hedge*, conforme o OCPC 03. A designação de *hedge* não é obrigatória. Em geral, a Companhia elegerá designar derivativos como *hedge* quando for esperado que a aplicação proporcione uma melhoria relevante na demonstração do efeito compensatório dos derivativos sobre as variações dos itens objeto de *hedge*.

Em 31 de março de 2010, a Companhia detinha contratos derivativos financeiros com valor nominal de R\$ 2.385.688 (Dez 2009 - R\$ 2.382.262), sendo R\$ 279.655 relacionados a operações de *hedge* ligados ao financiamento de projetos e R\$ 2.106.033 ligados a operações de pré-pagamento de exportações (ver f, f.3 (i.a) e (i.b) abaixo). Não havia derivativos utilizados para outros propósitos.

**f.2) Modificar o retorno de outros instrumentos:** a Companhia pode utilizar derivativos para modificar o retorno de aplicações ou a taxa de juros ou o índice de correção de passivos financeiros, conforme seu julgamento sobre as condições mais adequadas à Companhia. Quando o risco do retorno modificado por meio de derivativo é substancialmente menor para a Companhia, a transação é considerada um *hedge*. Quando a Companhia utiliza derivativos para modificar os retornos de aplicações, ela procura igualar as obrigações que terá em virtude do derivativo aos direitos representados pelas aplicações. Quando ela utiliza derivativos para modificar a taxa de juros ou o índice de correção de passivos, ela procura igualar os direitos que terá em virtude do derivativo às obrigações representadas nos passivos. Essas operações de modificação do retorno de aplicações ou da taxa de juros ou do índice de correção de compromissos financeiros são realizadas para um montante não superior ao da aplicação ou compromisso subjacente. A Companhia não efetua posições alavancadas com derivativos. Em 31 de março de 2010 e de 2009, a Companhia não tinha operação com esse propósito.

**f.3) Monetização de certos riscos:** a Companhia pode utilizar derivativos para monetizar certos riscos que ela julgar aceitáveis em decorrência do seu perfil exportador. Ao monetizar um risco, a Braskem auferirá uma receita financeira em troca de compensar a contraparte na ocorrência de um evento específico. Em 31 de março de 2010 e de 2009, a Companhia não tinha operação com esse propósito.

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de março de 2010 foram celebrados em mercado de balcão, com contrapartes financeiras de grande porte, sob o abrigo de contratos globais de derivativos, no Brasil ou no exterior.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo, conforme o valor justo represente um saldo positivo ou negativo para a Companhia, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são obrigatoriamente classificados como “mantidos para negociação”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado para contabilidade de “*hedge* de fluxo de caixa” no período em questão.

O valor justo de derivativos é obtido:

- a) de fontes públicas, quando o derivativo é negociado em bolsa;
- b) por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o derivativo é uma compra ou venda a termo ou contrato de *swap*; e
- c) por modelos de avaliação de contratos de opções, tais como o modelo *Black-Scholes*, quando o derivativo possui características de opção.

As premissas de avaliação (*inputs* dos modelos) são obtidas de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado, particularmente as curvas de juros e de cotações futuras de moedas divulgadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros, as taxas de câmbio à vista divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as curvas internacionais de juros divulgadas por serviços de cotações largamente conhecidos, como *Bloomberg* ou *Reuters*.

Em 31 de março de 2010, a Companhia não possuía derivativos que necessitassem de premissas não-observáveis para o cálculo do seu valor justo.

A tabela abaixo mostra as operações com instrumentos financeiros derivativos da Braskem e suas controladas existentes em 31 de março de 2010. A coluna “Recebimentos (pagamentos)” mostra os valores recebidos ou pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício de 2010, e a coluna “Perda (ganho)” mostra o efeito reconhecido em receita ou despesa financeira associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos no período findo em 31 de março de 2010:

**Consolidado**

<u>Identificação</u>		<u>Valor nominal</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor justo em Dez/2009</u>	<u>Perda (ganho)</u>	<u>Recebimentos (pagamentos)</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Valor justo em Mar/2010</u>
<b><u>Operação de derivativo</u></b>								
<i>Swap de iene-CDI</i>								
(Nota 22, f.3i (i.a))	(*)	279.655	Jun/2012	27.108	592	(5.142)		22.558
				<b>27.108</b>	<b>592</b>	<b>(5.142)</b>		<b>22.558</b>
Passivo não circulante (“Demais contas a pagar”)				27.108				22.558
				<b>27.108</b>				<b>22.558</b>
<b><u>Operações de hedge accounting</u></b>								
<i>Swaps de taxa de juros (Libor x taxa fixa)</i>								
	(**)	US\$ 725,000 mil	Out/2013	73.333			20.717	94.050
<i>Swaps de taxa de juros (Libor x taxa fixa)</i>				5.471			10.047	15.518
	(**)	US\$ 457,500 mil	Jul/2014	<b>78.804</b>			<b>30.764</b>	<b>109.568</b>
Ativo não circulante				(5.334)				
Passivo circulante				52.559				57.238
Passivo não circulante				31.579				52.330
				<b>78.804</b>				<b>109.568</b>

(\*) *Hedge* cambial do financiamento NEXI

(\*\*) *Hedge* de taxa de juros (designadas para contabilidade de hedge)

**i) Operações existentes em 31 de março de 2010**

Em 31 de março de 2010, a Companhia e suas controladas detinham os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

**i.a) Swaps ligados ao financiamento de projetos (NEXI)**

A Companhia detinha 31 de março de 2010 quatro contratos de *swap* de moedas com valor nominal total de R\$ 279.655, contratados para *hedge* de financiamentos captados em ienes a taxas de juros flutuantes com vencimentos em março e junho de 2012. O objetivo desses *swaps* é compensar o risco de flutuação da taxa de câmbio entre o real e o iene proveniente do financiamento e compensar o risco da variação de despesas futuras com o pagamento de juros. O prazo, montante, datas de liquidação e taxa de juros em ienes dos *swaps* coincidem com os termos do financiamento. A Companhia tem a intenção de manter esses *swaps* até a liquidação do financiamento.

As características de cada operação de *swap* estão listadas abaixo:

Identificação	Valor nominal	Taxa de juros	Vencimento	Valor justo	
				Mar/2010	Dez/2009
Swap NEXI I	28.987	104,29%CDI	Jun/12	1.984	1.907
Swap NEXI II	136.495	101,85%CDI	Mar/12	13.493	18.449
Swap NEXI III	91.851	103,98%CDI	Jun/12	5.904	5.635
Swap NEXI IV	22.322	103,98%CDI	Jun/12	1.177	1.117
	<u>279.655</u>			<u>22.558</u>	<u>27.108</u>

Esses contratos podem requerer que a Braskem efetue depósitos de garantias em certas condições. Em 31 de março de 2010, não havia nenhum depósito de garantia colocado pela Braskem em relação a esses derivativos. As contrapartes nessas operações são bancos de primeira linha com *rating* de crédito A, ou melhor, concedidos pelas agências Moody's, Standard & Poors ou Fitch, o que é coerente com as taxas de desconto utilizadas para refletir o risco de crédito das contrapartes.

A Companhia elegeu não designar esses *swaps* como *hedge* para aplicação de contabilidade de *hedge* dado que o risco principal protegido, o da variação da taxa de câmbio, é satisfatoriamente representado pelos resultados concomitantes de variação cambial do financiamento e de variação do valor justo do derivativo. Consequentemente, as variações periódicas do valor justo dos *swaps* são registradas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. No 1º trimestre de 2010, a Companhia reconheceu uma despesa financeira de R\$ 592 (despesa financeira de R\$ 16.013 no 1º trimestre de 2009) referente à variação de valor justo desses *swaps*.

**i.b) Swaps de taxas de juros ligados a pré-pagamentos de exportações**

A Companhia e sua controlada Braskem Inc. detinham, em 31 de março de 2010, dezesseis contratos de *swap* de taxa de juros com valor nominal total de US\$ 1,182,500 mil, contratados sobre dívidas de pré-pagamento de exportação contraídas em dólares e a taxas de juros flutuantes (base Libor) em outubro de 2008 e abril de 2009, para vencimento em outubro de 2013 e julho de 2014 (Nota 15(b)). Nesses *swaps*, a Companhia recebe taxas flutuantes (Libor) e paga taxas fixas, periodicamente, de forma coincidente com o fluxo de caixa da dívida de pré-pagamento. O objetivo desses *swaps* é compensar a variação de despesas financeiras futuras da dívida causadas pela flutuação da Libor. O prazo, montante, datas de liquidação e taxa de juros flutuantes coincidem com os termos da dívida. A Companhia tem a intenção de manter esses *swaps* até a liquidação do financiamento.

Esses *swaps* foram designados como “*hedge* de fluxo de caixa” do risco de flutuação da Libor das dívidas especificadas para fins de contabilidade de *hedge*. As variações periódicas efetivas do valor justo dos derivativos designados como “*hedge* de fluxo de caixa” que forem altamente efetivos em compensar as variações de fluxo de caixa do item protegido são reconhecidas no Patrimônio Líquido em “Ajustes de Avaliação Patrimonial” até a data em que a respectiva variação do objeto de *hedge* impactar o resultado. Os impactos da Libor sobre o item objeto de *hedge* são esperados impactar os resultados da Companhia e da sua controlada em cada período de apropriação de juros da dívida, iniciando na data de desembolso e até o seu vencimento.

A Companhia testa a efetividade desses *hedges* em cada data de encerramento de período de reporte pelo método da compensação monetária cumulativa. Por este método, o *hedge* é considerado efetivo se a variação de fluxo de caixa dos derivativos estiver entre 80% e 125% da variação do item protegido causada pelo risco que estiver sendo coberto. O teste de efetividade de 31 de março de 2010 demonstrou que os derivativos foram efetivos em compensar as variações do item protegido causadas pela flutuação da Libor durante o período desde a contratação dos derivativos até o encerramento do período de reporte, e que todas as demais condições para qualificação desses instrumentos para contabilidade de *hedge* foram atendidas. Conseqüentemente, a parcela efetiva da variação de valor justo dos derivativos, no valor de R\$ 30.764 (Nota 22, f.3 (iii)), foi registrada como “Ajustes de Avaliação Patrimonial”. A Companhia reclassificou do saldo de Ajustes de Avaliação Patrimonial, o montante de R\$ 14.597, para despesa financeira. Tais valores referem-se à parcela do efeito compensatório dos derivativos sobre o item protegido com competência no período findo em 31 de março de 2010. As características das operações de *swap*, por empresa, estão listadas abaixo:

- Braskem Inc.:

Identificação	Valor nominal		Vencimento	Valor justo	
	US\$ mil	Taxa de juros		Mar/2010	Dez/2009
<i>Swap</i> EPP I	100,000	3,9100	Out/13	13.299	10.432
<i>Swap</i> EPP II	100,000	3,9100	Out/13	13.299	10.432
<i>Swap</i> EPP III	100,000	3,9525	Out/13	13.526	10.652
<i>Swap</i> EPP IV	25,000	3,8800	Out/13	3.285	2.569
<i>Swap</i> EPP V	50,000	3,5675	Out/13	5.735	4.329
<i>Swap</i> EPP VI	100,000	3,8800	Out/13	13.139	10.276
<i>Swap</i> EPP VII	50,000	3,5800	Out/13	5.769	4.362
<i>Swap</i> EPP VIII	100,000	3,8225	Out/13	12.832	9.979
<i>Swap</i> EPP IX	100,000	3,8850	Out/13	13.166	10.302
	<u>725,000</u>			<u>94.050</u>	<u>73.333</u>
		Passivo circulante		44.494	41.754
		Passivo não circulante		49.556	31.579

- Braskem S.A.:

<b>Identificação</b>	<b>Valor nominal</b>			<b>Valor justo</b>	
	<b>US\$ mil</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Mar/2010</b>	<b>Dez/2009</b>
Swap EPP X	35,000	2,5000	Mar/14	1.241	1.108
Swap EPP XI	75,000	1,9500	Jul/14	648	2.114
Swap EPP XII	100,000	2,1200	Nov/13	3.213	133
Swap EPP XIII	50,000	2,1500	Nov/13	1.687	(94)
Swap EPP XIV	50,000	2,6400	Abr/14	2.798	740
Swap EPP XV	100,000	2,6200	Abr/14	5.488	448
Swap EPP XVI	47,500	1,6700	Jun/13	443	1.022
	<u>457,500</u>			<u>15.518</u>	<u>5.471</u>
		Passivo circulante		12.745	10.805
		Passivo não circulante		2.773	
		Ativo não circulante			(5.334)

A coluna “Taxa de juros” contém a taxa fixa contratual que a Companhia paga em troca de receber Libor.

Esses contratos podem requerer que a Companhia e sua controlada efetuem depósitos de garantias em certas condições. Em 31 de março de 2010, não havia nenhum depósito de garantia colocado pela Companhia e sua controlada em relação a esses derivativos. As contrapartes nessas operações são bancos com *rating* de crédito “A” ou melhor, concedidos pelas agências Moody’s, Standard & Poors ou Fitch, o que é coerente com as taxas de desconto utilizadas para refletir o risco de crédito das contrapartes.

O valor em risco dos derivativos detidos pela Companhia em 31 de março de 2010, definido como a maior perda que se pode ocasionar em um mês e em 95% dos casos, em condições normais de mercado, foi estimado pela Companhia em US\$ 122.118 mil para os *swaps* EPP e R\$ 22.151 para os *swaps* NEXI.

## ii) Exposição por contraparte

A exposição em aberto da Companhia ao risco de inadimplemento das contrapartes em instrumentos financeiros derivativos é listada na tabela abaixo, considerando os valores de mercado dos derivativos somados às garantias:

<b>Contraparte</b>	<b>Principal</b>	<b>Exposição Mar/2010</b>
Barclays	84.598	(444)
BBVA	356.200	(26.598)
BES	445.250	(10.230)
Calyon	311.675	(22.546)
Citibank	292.274	(20.221)
Deutsche Bank	151.385	(3.959)
HSBC	133.575	(648)
JP Morgan	136.496	(13.492)
Santander	474.237	(33.751)
	<u>2.385.690</u>	<u>(131.889)</u>

Com o intuito de gerenciar o risco de crédito, a Companhia leva em consideração o *rating* e os preços no mercado de *Credit Default Swaps* referenciados às suas contrapartes em derivativos, bem como celebrando

contratos de compensação (*netting*) que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre as partes.

**(iii) Componentes de Ajustes de avaliação patrimonial (“AAP”) devidos a operações de *hedge***

A Companhia designou certos derivativos como “hedge de fluxo de caixa”, o que gerou saldos finais de AAP (Nota 20(e)). As apropriações de juros por atingimento de competência são alocadas na rubrica de despesas com juros – no grupo de despesas financeiras. O resumo da sua movimentação é dado abaixo:

	Saldo em Dez/2009	Apropriação de juros por atingimento de competência	Movimentações da parcela efetiva de hedges	Saldo em Mar/2010
<i>Swaps</i> EPP Braskem Inc.	(63.877)	12.419	(20.717)	(72.175)
<i>Swaps</i> EPP Braskem S.A.	(3.427)	2.178	(10.047)	(11.296)
	<b>(67.304)</b>	<b>14.597</b>	<b>(30.764)</b>	<b>(83.471)</b>

**(g) Análise de sensibilidade**

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação de preços de *commodities*, taxas de câmbio, taxas de juros, ações e índices de ações, índices de preços, e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos a essas variáveis são apresentadas abaixo:

**i) Seleção dos riscos**

A Companhia selecionou os três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, são eles: a) a taxa de câmbio dólar-real; b) a taxa de câmbio iene-real; c) a taxa de juros flutuante Libor.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

## ii) Seleção dos Cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, e nos itens cobertos por operações de *hedge*. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia, tal como o devido a revalorização de estoques e receitas e custos futuros. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Braskem.

O cenário provável foi considerado o publicado pela pesquisa FOCUS divulgada pelo Banco Central do Brasil em 31 de março de 2010. Para as variáveis de taxa de juros não incluídas na pesquisa FOCUS, o cenário provável considerado foi de mesma variação percentual do CDI. Para as variáveis de taxa de câmbio não incluídas na pesquisa FOCUS, o cenário provável considerado foi de mesma variação percentual do dólar-real.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, da cotação do dólar em relação ao dólar de fechamento para o exercício findo em 31 de março de 2010.

Para a taxa de câmbio iene-real foi considerado uma alta de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, da cotação do iene em reais em relação ao iene de fechamento do período findo em 31 de março de 2010.

Para a taxa de juros Libor foi considerado uma baixa de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, da cotação da Libor em relação ao seu nível final no período findo em 31 de março de 2010.

Os valores de sensibilidade nas tabelas abaixo são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário, com exceção da tabela (v), que apresenta as variações de fluxos de caixa futuros.

## iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, incluindo derivativos e itens por eles cobertos, à variação da taxa de câmbio dólar-real, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Provável	Adverso possível (25%)	Adverso extremo (50%)
BNDES	(16.352)	(383.202)	(766.403)
Eurobonds	(24.687)	(578.519)	(1.157.037)
Financiamentos de matérias primas	(176)	(4.127)	(8.255)
Fundos de investimento em moeda externa	552	12.938	25.877
<i>Medium-Term Notes</i>	(4.855)	(113.783)	(227.566)
Pré-pagamento de exportações	(4.855)	(113.783)	(227.566)
“Time Deposits”	5.341	125.164	250.327
Títulos do tesouro americano	3.039	71.225	142.450
Dívida de pré-pagamento de exportações, mais <i>hedge</i> , sendo:			
Dívida de pré-pagamento	(22.222)	(520.753)	(1.041.506)
<i>Swap</i> EPP (ver f, f.3, i.b)	22.346	523.652	1.047.304

**iv) Sensibilidade à taxa de câmbio iene-real**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, incluindo derivativos e itens por eles cobertos, à variação da taxa de câmbio iene-real, é apresentada na tabela abaixo:

<b>Instrumento</b>	<b>Provável</b>	<b>Adverso possível (25%)</b>	<b>Adverso extremo (50%)</b>
Financiamento para projetos (NEXI), mais <i>swaps</i> , sendo:			
Dívida (NEXI)	(1.004)	(23.539)	(47.078)
<i>Swaps</i> (NEXI) (Nota f.3 (i.a))	1.224	28.667	57.354

**v) Sensibilidade dos fluxos de caixa futuros à taxa de juros flutuantes Libor**

A sensibilidade das receitas e despesas futuras com juros de cada instrumento financeiro, incluindo o efeito de derivativos e itens por eles cobertos, é apresentada na tabela abaixo. Os números representam o impacto nas receitas (despesas) financeiras considerando o prazo médio do respectivo instrumento.

<b>Instrumento</b>	<b>Provável</b>	<b>Adverso Possível (25%)</b>	<b>Adverso Extremo (50%)</b>
Capital de giro/ Operações estruturadas	(264)	(4.039)	(8.041)
Financiamentos de matérias-primas	(1)	(16)	(33)
Dívida de pré-pagamento de exportações, mais <i>hedge</i> , sendo:			
Dívida de pré-pagamento	(446)	(6.835)	(13.623)
<i>Swap</i> EPP (Nota f.3(i.b))	446	6.835	13.623

## 23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2010	Mar/2009	Mar/2010	Mar/2009
<b>Receitas financeiras</b>				
Receita de juros	39.909	59.807	39.635	61.453
Variações monetárias	20.270	27.855	21.215	27.793
Variações cambiais	39.056	(54.691)	53.048	(56.249)
Outras	1.906	2.011	3.528	1.667
	<u>101.141</u>	<u>34.982</u>	<u>117.426</u>	<u>34.664</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Despesas com juros	(154.442)	(208.590)	(143.879)	(175.855)
Variações monetárias	(50.599)	(50.427)	(50.601)	(49.939)
Variações cambiais	(210.278)	141.452	(227.701)	118.915
Perdas em operações com derivativos		(16.014)		(16.014)
Atualização de débitos tributários – SELIC (i)	(262.577)	(18.616)	(262.876)	(18.617)
Despesas tributárias sobre operações financeiras	(3.490)	(11.802)	(3.829)	(12.421)
Descontos concedidos	(2.005)	(29.517)	(13.942)	(42.744)
Custos de transação de captação - amortização	(2.101)	(632)	(3.630)	(2.670)
Ajuste a valor presente – apropriação	(34.675)	(19.067)	(38.758)	(32.439)
Outras	(15.527)	(9.347)	(17.372)	(11.422)
	<u>(735.694)</u>	<u>(222.560)</u>	<u>(762.588)</u>	<u>(243.206)</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(634.553)</u>	<u>(187.578)</u>	<u>(645.162)</u>	<u>(208.542)</u>

(i) Inclui atualização dos débitos tributários incluídos em programas de parcelamentos. (Nota 17(iii) (iv))

## 24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

No 1º trimestre de 2009, a Companhia reconheceu contabilmente o valor de R\$ 96.562 resultante do êxito no processo iniciado pela incorporada Copesul contestando o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS instituído pela Lei 9.718/98.

## 25 Cobertura de seguros

A Braskem e suas controladas, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração, possuem um amplo programa de gerenciamento de riscos. Dentro deste programa, no primeiro trimestre de 2010 foi retomado o BCM (*Business Continuity Management*) que possibilita melhorias na continuidade operacional do conjunto das unidades industriais, aumentando sua classificação de riscos. Atualmente 90% do valor em risco da Braskem está classificado como “*above standard*” conforme critérios aceitos pelo mercado segurador.

O programa de seguros proporciona cobertura e proteção para todos os ativos patrimoniais seguráveis, bem como para possíveis perdas em casos de interrupção da produção, através de uma apólice do tipo “*All Risks*”. Esta apólice possui um Limite Máximo de Indenização (LMI) estabelecido pelo valor para dano máximo provável, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza da atividade da Companhia e a orientação de seus consultores de seguros. A apólice atual tem vigência de 18 meses, encerrando-se em 08 de outubro de 2011 e possui as seguintes coberturas:

	<b>Braskem</b> US\$ Mil	<b>Quantia</b> R\$
LMI (Limite máximo de indenização por evento) para estoques, imobilizado e lucros cessantes	2,000,000	71.751
Valor dos ativos e lucros cessantes segurados	17,079,743	71.751

Adicionalmente, são contratados seguros de responsabilidade civil, de transportes, de riscos diversos e de veículos. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 26 Planos de previdência privada

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são avaliados de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

### (a) ODEPREV

A Companhia mantém um plano de contribuição definida para seus empregados administrado pela ODEPREV, entidade fechada de previdência privada instituída pela Odebrecht S.A. A ODEPREV proporciona aos seus participantes, integrantes das empresas patrocinadoras, o plano optativo de contribuição definida, no qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria onde são acumuladas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

Em 31 de março de 2010, a massa de participantes na ODEPREV está composta por 3.057 participantes ativos (Mar/09 – 2.648) e as contribuições da Companhia no 1º trimestre de 2010 foram de R\$ 1.884 (1º trimestre de 2009 – R\$ 1.729) e dos participantes de R\$ 4.908 (1º trimestre de 2009 – R\$ 4.276).

### (b) PETROS - Fundação PETROBRAS de Seguridade Social

#### • Plano PETROS Braskem

Em 30 de junho de 2005, a Companhia comunicou à PETROS sua intenção de retirada do patrocínio do plano de benefício definido (Plano Petros Braskem). A retirada de patrocínio foi homologada pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC em 29 de abril de 2009. A liquidação financeira do referido Plano ocorreu durante o exercício de 2009, sendo a totalidade das reservas individuais de retirada disponibilizada aos participantes, onde mais de 99% dos participantes exerceram sua opção para destinação dos recursos, conforme as alternativas existentes.

O processo de retirada de patrocínio será finalizado em 2010 com o pagamento dos participantes remanescentes e do superávit do referido plano, após deduzidas todas as despesas administrativas.

#### • Plano PETROS Copesul

A Braskem e parte dos integrantes da incorporada Copesul contribuem como mantenedores da PETROS - Fundação PETROBRAS de Seguridade Social, em planos de aposentadoria e pensão de benefício definido.

Em 31 de março de 2010, a massa de participantes está composta por 283 ativos (Mar/09 - 358) e as contribuições da Companhia no 1º trimestre de 2010 foram de R\$ 1.169 (1º trimestre de 2009 – R\$ 1.156) e dos participantes de R\$ 801 (1º trimestre de 2009 – R\$ 1.238).

Conforme previsão no regulamento da PETROS e legislação pertinente, caso se verifique relevante insuficiência de reservas técnicas, as mantenedoras e participantes contribuirão com aporte financeiro adicional ou haverá uma adequação dos benefícios do plano aos recursos disponíveis. Não ocorreu, até a data de encerramento do trimestre, necessidade de qualquer suplementação.

**(c) COPESULPREV – Plano Copesul de Previdência Complementar**

O Conselho de Administração da Copesul, em maio de 2003, aprovou a institucionalização do Plano Copesul de Previdência Complementar, denominado COPESULPREV, um plano fechado, na modalidade de contribuição definida. Esse plano visa atender os colaboradores não abrangidos pelo plano PETROS, hoje fechado a novos ingressos. A administração do plano é através da PETROS - Fundação PETROBRAS de Seguridade Social, de forma independente, desvinculado de qualquer outro plano de previdência hoje administrado por aquela entidade, atendendo os dispositivos da Lei Complementar nº 109/2001.

Devido à retirada de patrocínio pela Companhia, em agosto de 2009, em 2010 não ocorreram contribuições ao plano (no 1º trimestre de 2009 as contribuições da Companhia foram de R\$ 401 e as dos participantes, R\$ 324).

**(d) Fundação Francisco Martins Bastos – FFMB**

A Companhia, como incorporadora da IPQ, é patrocinadora da Fundação Francisco Martins Bastos - FFMB, entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a administração e execução de plano de benefício definido de natureza previdenciária dos antigos funcionários do Grupo Ipiranga.

Em junho de 2009, a Companhia formalizou o pedido de rescisão de adesão ao Plano de Benefícios e respectivos termos aditivos à FFMB, em conformidade com o disposto no Estatuto da Fundação. A conclusão do cálculo das reservas matemáticas dos participantes ocorreu em novembro de 2009. Naquele mesmo mês, protocolou-se o processo que será submetido à aprovação da Secretaria de Previdência Complementar.

Devido à retirada de patrocínio pela Companhia em junho de 2009, em 2010 não ocorreram contribuições ao plano (no 1º trimestre de 2009 as contribuições da Companhia foram de R\$ 757 e as dos participantes, R\$ 205).

**(e) Triunfo Vida**

A Companhia, como incorporadora da Triunfo, é patrocinadora da Triunfo Vida, entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a administração e execução de plano de contribuição definida de natureza previdenciária aos funcionários da Petroquímica Triunfo.

Em 31 de março de 2010, a massa de participantes está composta por 123 participantes ativos e as contribuições da Companhia no 1º trimestre de 2010 foram de R\$ 81 (1º trimestre de 2009 – Não houve contribuição) e as dos participantes de R\$ 126 (1º trimestre de 2009 – R\$ 158).

## 27 **Eventos subsequentes**

### (a) Aquisição da Sunoco Chemicals Inc.

De acordo com o fato relevante divulgado em fevereiro de 2010, a Braskem e a Sunoco, Inc., companhia petrolífera norte-americana, assinaram um acordo para aquisição pela Companhia, através da controlada Braskem America, dos ativos ligados ao negócio de polipropileno pertencentes à Sunoco Chemicals Inc., nos Estados Unidos. Essa aquisição foi concluída em 1º de abril de 2010 através do pagamento integral da operação, no valor de US\$ 350 milhões. Após a aquisição, a nova controlada da Braskem nos Estados Unidos, teve sua razão social alterada para Braskem PP Americas (“PP Americas”).

A PP Americas possui capacidade para produzir 950 mil toneladas/ano de polipropileno através de 3 plantas localizadas em La Porte (Estado do Texas), Marcus Hook (Estado da Pensilvânia) e Neal (Estado da Virgínia Ocidental) e um centro de tecnologia em Pittsburgh (Estado da Pensilvânia). Essas três plantas industriais representam 13% da capacidade instalada para produzir polipropileno nos Estados Unidos. A sede da PP Americas está localizada na cidade de Filadélfia (Estado da Pensilvânia).

### (b) Aumento de capital

Como parte do Acordo de Investimentos citado na Nota 1.b.2, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 3 de março de 2010, dentro do seu limite de competência, autorizou a emissão de 250.000.000 ações ordinárias e 62.500.000 ações preferenciais classe “A” para subscrição exclusiva dos acionistas da Companhia.

Em 14 de abril de 2010, o Conselho de Administração homologou as subscrições e integralizações de 243.206.530 ações ordinárias e 16.697.781 ações preferenciais classe “A” e o conseqüente cancelamento de 6.793.470 ações ordinárias e 45.802.219 ações preferenciais classe “A”. O valor total das integralizações foi de R\$ 3.742.622, sendo R\$ 1.363.880 destinados à conta de reserva de capital e R\$ 2.378.742 destinados à conta do capital social que passou de R\$ 5.473.181 para R\$ 7.851.923, composto de 780.832.465 ações, sendo 433.668.976 em ações ordinárias, 346.569.671 em ações preferenciais classe “A” e 593.818 em ações preferenciais classe “B”.

### (c) Aquisição da Quattor Participações S.A.

Como parte do Acordo de Investimentos citado na Nota 1.b.2, em 27 de abril de 2010, a Companhia adquiriu o equivalente a 60% do capital total e votante da Quattor Participações S.A (“Quattor”) pertencentes à Unipar. O preço pago pelas ações foi de R\$ 659.454. Adicionalmente, a Companhia assumiu o compromisso da Unipar relativo à opção que o BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”) tem de vender ações representativas de 25% do capital total e votante da controlada da Quattor denominada Rio Polimeros S.A.

Em razão da troca de controle da Quattor, a Companhia dará início, ainda no 2º trimestre de 2010, ao processo de oferta pública (“OPA”) para aquisição de 7.688 ações ordinárias e 1.542.006 ações preferenciais detidas pelos acionistas minoritários da controlada da Quattor denominada Quattor Petroquímica S.A.. As ações objeto da OPA correspondem a 0,68% do capital total da Quattor Petroquímica.

(d) Investimentos na Venezuela

Braskem e Pequiven decidiram avaliar nova modelagem para os seus projetos petroquímicos na Venezuela, por meio das controladas em conjunto Propilsur e Polimerica (Nota 11(a.2)), visando ajustar suas características à nova realidade do mercado internacional. As principais mudanças deverão ocorrer no projeto da unidade industrial de polipropileno sob responsabilidade da Propilsur, que teria sua localização e dimensão alteradas, permitindo manter o cronograma de sua implementação e reduzir em aproximadamente 60% o investimento necessário.

O projeto original Propilsur previa a instalação de uma unidade de desidrogenação de propano, para sua transformação na matéria-prima propeno, integrada a uma planta de polipropileno com capacidade para produzir 450 mil toneladas/ano, que seria construída no Complexo Industrial de Jose, no estado de Anzoátegui.

Levando em consideração a retração do mercado internacional de crédito, ocorrida desde o início da crise de 2008, e os custos do projeto original, estimados em cerca de US\$ 1,0 bilhão, em dezembro de 2009 a estatal petrolífera da Venezuela, PDVSA, apresentou uma alternativa de fornecimento de matéria-prima, a partir do Complexo de Refinação de Paraguaná, no estado de Falcón. Diante da proposta, Pequiven e Braskem aceitaram avaliar a mudança de local da planta de polipropileno.

O fornecimento da matéria-prima por parte da PDVSA deverá ser suficiente para construir uma planta com capacidade para 300 mil toneladas/ano de polipropileno, dispensando a necessidade do investimento na unidade intermediária de desidrogenação de propano. Dessa forma, estima-se que o investimento total seria reduzido para cerca de US\$ 500 milhões. Os estudos para a nova configuração do projeto Propilsur começarão no 2º trimestre de 2010 e o início da operação deverá ser mantido para 2013, caso se confirmem as condições propostas por Pequiven, PDVSA e pelo governo venezuelano.

Com a nova configuração e mudança de local do projeto de polipropileno, aliadas à possibilidade de oferta futura de gás etano e/ou outras fontes de matéria prima pelo Complexo de Refino da PDVSA em Paraguaná, Pequiven e Braskem também concordaram em adiar por um ano a continuidade do projeto Polimerica, inicialmente previsto para o Complexo Petroquímico de Jose. Esse projeto prevê a implantação de três unidades de produção de polietileno com capacidade aproximada de 1,1 milhão de toneladas/ano, integradas a uma unidade de produção de eteno de 1,3 milhão de toneladas/ano mediante investimento de cerca de US\$ 3 bilhões.

O adiamento permitirá avaliar as condições e possibilidades de suprimento da matéria-prima ao projeto pelo Complexo Paraguaná, já que essa opção poderia ser mais competitiva que a escolha inicial. Caso prevaleça esta decisão, as operações destas unidades poderiam ter início em 2015.

Diante da perspectiva de continuidade dos projetos, não foi constituída provisão para perda dos valores investidos.

(e) Absorção de prejuízos acumulados

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 30 de abril de 2010, aprovou a absorção de R\$ 1.061.871 do saldo da conta de prejuízos acumulados com a utilização de reservas de capital.

(f) Aquisição de 100% da Unipar Comercial e 33,3% da Polibutenos

Em continuidade à implementação do Acordo de Investimento divulgado em 22 de janeiro de 2010 (Nota 1 (b.2)), a Companhia adquiriu, em 10 de maio de 2010, 12.600.000 ações ordinárias de emissão da Unipar Comercial detidas pela Unipar, representativas de 100% do capital votante da Unipar Comercial. Ainda em 10 de maio de 2010, a Companhia adquiriu 282.448.478 ações ordinárias de emissão da Polibutenos, também detidas pela Unipar, representativas de 33,3% do capital votante, passando assim a deter, direta e indiretamente, 66,6% do capital votante e total daquela sociedade.